



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

Rodrigo de Souza Fagundes

**Patrimônio Imaterial através do acervo do
Museu Histórico Municipal de São José**

FLORIANÓPOLIS
2021

Rodrigo de Souza Fagundes

**Patrimônio Imaterial através do acervo do
Museu Histórico Municipal de São José**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História-Área de Concentração: Saberes Históricos em diferentes espaços de memória.
Orientadora: Prof.^aDr.^a. Janine Gomes da Silva

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fagundes, Rodrigo de Souza
Patrimônio Imaterial através do acervo do Museu Histórico
Municipal de São José / Rodrigo de Souza Fagundes ;
orientadora, Janine Gomes da Silva, 2021.
121 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ensino de História. 2. Ensino de História. 3. Ensino e
aprendizagem em espaços não-formais. 4. Patrimônio
Imaterial. 5. São José (SC). I. Gomes da Silva, Janine.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Ensino de História. III. Título.

Rodrigo de Souza Fagundes

**Patrimônio Imaterial através do acervo do Museu Histórico Municipal de São
José**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Clarícia Otto

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Elison Antônio Paim

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão
que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Ensino de História
pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal de
Santa Catarina.

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann

Coordenador do ProfHistória/UFSC

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva

Orientadora

Florianópolis, 2021.

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para não, não para.*

Cazuza - O tempo não para (1988)

À Isabela Fagundes - a eterna criança do meu coração.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por todas as oportunidades que me concedeu durante todos esses anos. À minha família, meus pais, irmãos e sobrinha. À minha filha Isabela, meu bem mais precioso. À Maria José que se achegou a mim em tempos difíceis e os fez melhorarem.

Aos colegas de trabalho das escolas por onde passei, em nome de todas elas cito a atual Escola Básica Intendente Aricomedes da Silva (EBIAS). Aos meus colegas de Fundação de Cultura, em especial aos do querido MHMSJ, Rafael e Fernanda. À Fernanda ainda cabe um agradecimento maior pela revisão, diagramação, apoio e estímulo. Que tua trajetória seja abençoada.

Aos meus professores do ProfHistória, principalmente à professora Janine Gomes da Silva, orientadora deste trabalho. Aos professores que fazem parte desta banca examinadora, professora Claricia Otto e professor Elison Paim. Às professoras Letícia Nedel e Mônica Martins da Silva, pelas leituras e correções na banca de qualificação. Em especial à professora Mônica (como coordenação e professora) tenho muito ainda a agradecer por todo o apoio ao longo do curso e neste momento final, bem como à atual coordenação, na figura da Professora Jane, meu muito obrigado.

Aos meus colegas de curso: Adileide, Chiara, Claudia, Cleber, Flávio, Marcos, Mauro, José Henrique, Ricardo, Sayonara, Técia e Valdinei. Pelas leituras, aulas, conversas, estímulos. Vocês foram ótimos. Meu muito obrigado à turma 2018 - ProfHistória UFSC.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos durante este período de Mestrado. Todavia, a mesma deveria ser ofertada a todos os meus colegas, assim como aos que adentram ao programa, sem nenhuma forma de distinção.

A todos aqueles que atravessaram minha vida, principalmente a profissional, desde minha formação na UDESC (ainda no século passado), aos milhares de alunos nestes anos todos. Que a História seja viva e reflexiva nos seus dias.

RESUMO

Esta dissertação objetiva suscitar reflexões sobre a interrelação entre patrimônio imaterial e educação patrimonial no ensino de história. O foco do estudo é o Museu Histórico Municipal de São José (MHMSJ), especialmente peças e objetos de seu acervo que remetem a três manifestações culturais, reconhecidas como patrimônio imaterial pela Lei municipal nº 0086/2012: a festa do Divino Espírito Santo, a Procissão do Senhor dos Passos e o fazer do oleiro. As peças são roupas, objetos, equipamentos, quadros, entre outros. Com base em Ramos (2004), que trata do potencial dos “objetos geradores” nos museus, o percurso foi refletir sobre as possibilidades de os objetos que representam aspectos da cultura imaterial da cidade de São José (SC) serem tomados como patrimônio gerador no desenvolvimento de atividades no ensino de história. As fontes da pesquisa são: Livro de visitação do MHMSJ, relatórios, Projeto do setor educativo do museu (2004) Plano Político Pedagógico (PPP, 2006), Plano Museológico (2010), roteiros de visitação, exposição de longa duração do Museu Histórico, relatórios do projeto “Conhecer São José”, (folders, roteiro, cartilha do patrimônio), Leis nº 5.101/2011 e nº 0086/2012. Dentre os resultados está a elaboração de material de apoio pedagógico para auxiliar professores de história, entre outros, no planejamento das visitas ao MHMSJ.

Palavras Chaves: Ensino de História. Ensino e aprendizagem em espaços nãoformais. Museus. Educação Patrimonial. Patrimônio Imaterial. São José (SC).

ABSTRACT

This dissertation aims to raise reflections on the interrelationship between intangible heritage and heritage education in the teaching of history. As intangible heritage by Municipal Law n° 0086/2012: the feast of Divino Espírito Santo, the Procession of Senhor dos Passos and the potter's making. The pieces are clothes, objects, equipment, pictures, among others. Based on Ramos (2004), which deals with the potential of "generating objects" in museums, the route was to reflect on the possibilities of objects that represent aspects of immaterial culture in the city of São José (SC), to be taken as generating heritage in the development of activities in the teaching of history. The research sources are: MHMSJ visitation book, reports, Museum sector education project (2004) Pedagogical Political Plan (PPP, 2006), Museological Plan (2010), visitation itineraries, long-term exhibition of the Historical Museum, reports from the "Conhecer São José" project, folders, script, heritage booklet, Laws N°. 5.101 / 2011 and N°. 0086 / 2012. Among the results is the development of pedagogical support material to assist history teachers, among others, in the planning visits to the MHMSJ.

Keywords: History Teaching. Teaching and Learning in non-formal spaces. Museums. Heritage Education. Intangible Heritage. São José (SC).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território da cidade de São José	27
Figura 2 - Museu Histórico Municipal de São José / Sobrado Ferreira de Mello	28
Figura 3 - Parte interna do Casarão Ferreira de Mello durante a reforma na década de 1980	31
Figura 4 - Planta baixa do Museu Histórico Municipal de São José	32
Figura 5 - Galeria de prefeitos municipais	33
Figura 6 - Peça do setor de olaria figurativa	33
Figura 7 - Quadro "São José dos meus dias" - Plínio Verani	34
Figura 8 - Vitrine dos zoólitos	35
Figura 9 - Sala das comunicações	36
Figura 10 - Sala das profissões	37
Figura 11 - Bancada de comércio	37
Figura 12 - Sala das religiosidades	38
Figura 13 - Engenho de açúcar	40
Figura 14 - Casal Imperial da Festa do Divino Espírito Santo	59
Figura 15 - Trajes imperiais da década de 1950	60
Figura 16 - Quadro com a coroa da Festa do Divino	60
Figura 17 - Quadro com a pomba do Espírito Santo	61
Figura 18 - Figurativo Festa do Divino Espírito Santo	61
Figura 19 - Figurativo da Procissão do Encontro do Senhor dos Passos	63
Figura 20 - Obra de Cipriano representando a imagem do Senhor dos Passos	64
Figura 21 - Procissão passando em frente à Igreja Matriz de São José, observando que no canto direito está Verônica cantando na porta da igreja	64
Figura 22 - Fachada da Escola Municipal de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros.	66
Figura 23 - O torno do oleiro, espaço onde o profissional molda a louça utilitária	66
Figura 24 - O oleiro no torno em forma figurativa	67
Figura 25 - Jogo de panelinhas e fogão que era uma espécie de brinquedo para crianças em forma figurativa	67
Figura 26 - Louças utilitárias	68

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AHMSJ Arquivo Histórico Municipal de São José

EBIAS Escola Básica Intendente Aricomedes da Silva

FMCT Fundação Municipal de Cultura e Turismo

MHMSJ Museu Histórico Municipal de São José

PMSJ Prefeitura Municipal de São José

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP Projeto Político Pedagógico

SERPPAC Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural

SME Secretaria Municipal de Educação

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FONTES

- Documentos de registro de patrimônio imaterial
- Acervo do MHMSJ
- Livro de Visitantes do MHMSJ
- Relatórios anuais da direção do MHMSJ
- Projeto do setor educativo do museu (2004)
- Plano Político Pedagógico (2006)
- Plano Museológico (2010)
- Roteiros de visitação
- Relatórios do projeto “Conhecer São José”
- Leis Municipais de São José nº 5.101/2011 e nº 0086/2012

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
2	MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ: CRIAÇÃO E ACERVO ...	27
3	A DINÂMICA EDUCATIVA DO MUSEU	44
3.1	MUSEU E SEU HISTÓRICO DE ENSINO DE HISTÓRIA.....	46
3.2	PATRIMÔNIO HISTÓRICO	51
3.3	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	53
3.3.1	Conhecendo São José através do Patrimônio Imaterial	56
3.3.1.1	<i>Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José</i>	<i>58</i>
3.3.1.2	<i>Procissão do Senhor dos Passos</i>	<i>62</i>
3.3.1.3	<i>Fazer do Oleiro</i>	<i>65</i>
4	MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	70
4.1	O MUSEU NO PROJETO "CONHECER SÃO JOSÉ"	71
4.2	ROTEIRO HISTÓRICO NO ENSINO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	74
4.3	AÇÕES: ENSINO DE HISTÓRIA EM VISITAS GUIADAS.....	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE A - DIMENSÃO PROPOSITIVA	94
	ANEXO A - LEI Nº 5.101, DE 05/07/2011.....	116
	ANEXO B - LEI ORDINÁRIA Nº 5314/2013	119

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Estudar história pode acontecer por meio dos livros, mas também pelos objetos e expressões, sendo formas distintas de perspectiva e análise. Um ambiente para o aprendizado fora dos muros das escolas são os museus, em seus diversos estilos: natural, temático, artístico, etnográfico, histórico. Cada modalidade tem muito a contribuir com o desenvolvimento intelectual frente à experiência de seus visitantes.

Os museus, principalmente os históricos, são espaços bastante procurados no âmbito do ensino de História. A materialização do que é explicado em sala de aula se torna menos distante da realidade dos alunos. O espaço museal é instigante para a educação patrimonial, um meio de “alfabetização cultural”¹, segundo os autores Medeiros e Surya (2012). A aula a campo não irá impor o que é história, ou que ela só aconteça no Centro Histórico, mas irá expandir o que o discente já conhece sobre o assunto. Deixando palpável que a história não está "parada" em um só lugar e em só um período de tempo.

Objetos e expressões de enriquecimento cultural individual e coletivo estão presentes nos museus, o que pode auxiliar na leitura do mundo ao redor a partir da História, fazendo com que seja mais bem compreendido a partir do espaço museal. A materialidade do patrimônio por vezes é mais fácil de ser explicada e entendida. Já o patrimônio imaterial, como fazeres e expressões, tende a ser mais difícil de ser compreendido, por não ser palpável ou visto. Assim, os objetos no espaço do museu tornam-se um lugar para melhor leitura do que é imaterial.

Na primeira vez que fui ao museu, fui em razão de uma exposição temporária sobre Oswaldo Cruz, o grande cientista brasileiro, um baluarte da vacinação. Oswaldo Cruz era o nome da rua da escola onde eu trabalhava. Na época a escola se chamava CEM Forquilha, depois teve seu nome alterado, curiosamente recebendo o nome do primeiro diretor do museu histórico, o senhor Antônio Francisco Machado.

Essas são curiosidades da vida que me fizeram ir alguns anos depois trabalhar no museu (como historiador), fazer a graduação em museologia e ao fazer o ProfHistória, trabalhar uma temática dentro do museu, explorando seu acervo.

¹Alfabetização cultural: A educação patrimonial é uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões que compõem a realidade do aluno e a expandem.

O conhecimento adquirido durante a trajetória de trabalho no Museu Histórico Municipal de São José (MHMSJ), entre os anos de 2008 e 2016, e na Prefeitura Municipal de São José (PMSJ), onde desde 2003 sou professor efetivo de História atuando no Ensino Fundamental, foi o que impulsionou o tema escolhido para esta dissertação. Acompanhei na íntegra o projeto “Conhecer São José” e através de conversas com docentes e coordenadores observei a necessidade de uma melhor explicação sobre o patrimônio imaterial – tema pouco explanado na educação básica.

Um dos interesses iniciais para esta pesquisa foi tangenciar a educação patrimonial, uma vez que o trabalho está sendo realizado nas dependências de um museu. Entretanto, houve alterações, tais como ter o foco voltado ao ensino de História em um ambiente extra escolar, ter o museu como *logos* do ensino de História da cidade de São José e debater com a educação patrimonial, colocando seus conceitos no horizonte desta pesquisa e desta ideia de ensino.

A ideia de produção final desta dissertação parte dos recortes que o tema tem dentro das discussões que circundam o Centro Histórico de São José. O Museu Histórico e suas salas são um espaço interdisciplinar que pode ser moldado pedagogicamente de diversas formas. Sob o espectro do ensino de História no município, o intuito foi pensar além da tríade Centro Histórico, Museu Histórico Municipal de São José e Patrimônio Material. Visto a ausência de um recorte específico para o Patrimônio Imaterial, ainda desconhecido para muitos e pouco citado, surgiu a ideia de um material de apoio para os professores. Dessa forma, o planejamento dos docentes, que estão em sala de aula, se torna mais prático do ponto de vista de novas possibilidades de ensinar sobre o tema.

Aprendendo sobre as teorias e o ensino de História, entre as cadeiras obrigatórias e optativas, ampliou-se ainda mais o horizonte para a pesquisa. A disciplina de seminário de pesquisa, que me fez recortar, focar e escrever um projeto de pesquisa, que aqui tem seu resultado exposto, levou-me a pensar no museu, especificamente o Museu Histórico de São José (MHMSJ), como um local capaz de ensinar História e pensar historicamente.

Para falar sobre patrimônio imaterial, educação patrimonial e museu, é importante destacar o que é patrimônio. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Patrimônio Histórico de um povo é formado pelo conjunto dos saberes e fazeres, das expressões, das práticas e seus produtos que

remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Assim representa os bens materiais, imateriais ou naturais que possuem importância na história de determinada sociedade ou comunidade. Esses bens foram desenvolvidos pela sociedade com o passar dos anos e reúnem um conjunto de manifestações que foram desenvolvidas e carregam aspectos simbólicos.

Aliado ao Patrimônio Histórico está o Patrimônio Cultural, que se divide entre material e imaterial. Patrimônio Cultural Material nomeia os bens culturais que são tangíveis, como casarios, espaços históricos, pontes; Patrimônio Cultural Imaterial é intangível, reúne as expressões culturais como saberes, costumes e festas. No produto final desta dissertação usarei o patrimônio imaterial (com base no acervo do MHMSJ e no patrimônio registrado pelo poder público municipal), em consonância com a educação patrimonial.

Para compreender da melhor forma o que é patrimônio é que é utilizada a educação patrimonial. Definida pelo IPHAN, em uma publicação sobre conceitos e processos, a educação patrimonial são processos educacionais formais ou não que têm como foco o Patrimônio Cultural, como um meio de compreensão sócio-histórica das referências culturais para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Este tema será mais explorado no decorrer dos capítulos.

Tendo a educação patrimonial como "um processo [...] de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento" (Medeiros; Surya, 2012,p.279), como relacionar tais aspectos ao ensino de História praticado junto ao Museu Histórico Municipal de São José? Que dinâmicas poderiam ser propostas? Novos roteiros? Outros exemplos e pensamentos? Como apresentado ao longo deste trabalho, pensando nos três patrimônios culturais imateriais do município de São José um roteiro foi produzido como produto final deste mestrado profissional.

A cidade de São José, fundada em 1750, tem na base de sua identidade municipal cultural muitas influências das práticas dos ocupadores açorianos que chegaram no período de colonização. Segundo Maria Bernardete Flores (1997), essas festas, saberes e expressões foram exaltadas após o "açorianismo", no momento em que a cultura do litoral passou a ser ainda mais valorizada na história do estado. No entanto, o Fazer do Oleiro, a Festa do Divino Espírito Santo e a Procissão do Nosso Bom Senhor Jesus dos Passos se tornam bens culturais

imateriais municipais apenas no ano de 2013 com a Lei municipal nº 0086/2012, ficando sob responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura e Turismo (FMCT).

O fazer do Oleiro, por ser a principal economia da cidade por décadas, a Festa do Divino, por ser não só uma festa religiosa, mas um encontro social municipal e a Procissão do Senhor dos Passos, por ser religiosidade representada durante a quaresma na liturgia católica, fazem parte da base da identidade cultural da cidade. Existe ainda o registro da banda de música União Josefense, mas não foi utilizada nesta pesquisa visto a falta de acervo no Museu Histórico, onde o roteiro final foi adaptado.

O Museu Histórico Municipal de São José tem em seu acervo peças que destacam cada uma das manifestações culturais registradas, sendo roupas, objetos, equipamentos, quadros, podendo fazer um roteiro apenas de bens culturais intangíveis da cidade. Essas peças foram doadas pela Igreja Matriz, Irmandade Nosso Bom Senhor Jesus dos Passos e a Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros, em diferentes momentos dos mais de trinta anos do Museu Histórico Municipal de São José.

A perspectiva da pesquisa continuou se modificando em razão das diferentes abordagens que o mestrado profissional em Ensino de História se apresenta. O foco é o ensino, o fazer História. O ensino, mesmo sendo fora dos muros escolares, deve ser a linha mestra. Uma temática possível diria respeito ao ensino de História fora de sala de aula mediante visitas guiadas no Centro Histórico da cidade. Todavia, optou-se por um recorte ainda mais específico, focando no Museu Histórico.

O projeto “Conhecer São José” promove visitas no Museu Histórico e outros pontos do Centro Histórico da cidade. O projeto, desenvolvido pelo Museu Histórico Municipal de São José e pelo Arquivo Histórico Municipal, tem como objetivo transmitir o conhecimento sobre a história, os aspectos geográficos, culturais e turísticos articulados ao cotidiano escolar dos visitantes. Alunos das redes municipal, estadual e particular de ensino, além de grupos organizados, podem participar de visitas dirigidas que desempenham a memória da histórica cidade de São José.

Esta possível interface vem do projeto “Conhecer São José”, criado pela Lei Municipal nº 5.101, de 04 de julho de 2011². O projeto de lei nº 5.101 não é de

² Vide Lei em anexo (Anexo A).

competência da Secretaria Municipal de Educação de São José (SME), mas sim da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José (FMCT), sendo que o Museu Histórico é parte integrante deste contexto (SÃO JOSÉ, 2011).

Todavia, com essa proposta de pesquisa quero colocar o Museu Histórico Municipal de São José no centro da discussão. Qual museu se apresenta? O que ele representa? Quais vozes se ouvem, quais foram silenciadas? Dentre outras questões, com a apresentação de roteiros alternativos para a visita guiada ao museu. Esta proposta nasce da minha dupla formação, como dito anteriormente – professor de História e museólogo –, a partir da qual pretendo vislumbrar outra maneira de ensinar história, já que os museus são fontes inesgotáveis de aprendizado.

Como já apresentado – o museu e a “alfabetização cultural” –,na realização desta pesquisa optei pela investigação do museu como um local propício ao ensino de História, sob um viés do entendimento de seu acervo e mesmo de sua localização como elementos geradores de questionamentos históricos. Isso com a leitura e o auxílio de outras pesquisas desenvolvidas no ProfHistória, bem como das reflexões de Francisco Régis Lopes Ramos, em sua obra *A danação do Objeto: o museu no ensino de História* (2004), e no artigo da Revista Historiar (2016), onde o autor vai destrinchar o conceito de "Objeto Gerador" – conceito que embasa a discussão sobre o acervo do Museu Histórico Municipal de São José e a proposta de produto metodológico de ensino a partir do acervo do museu:

Em certo sentido, a pedagogia do diálogo contida na “palavra geradora” pode servir de base para o trabalho com objetos geradores. Por exemplo: em sala de aula, no museu ou em outros espaços educativos, o professor faria uma pesquisa e escolheria objetos significativos para os alunos, ou participantes de certo grupo, e daí realizaria exercícios sobre a leitura do mundo através dos objetos selecionados. O objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras. (RAMOS, 2016, p. 73).

Como o próprio autor coloca, usa a ideia geradora sob influência dos estudos de Paulo Freire como base teórica, para criar a ideia do objeto gerador. E desta reflexão de Ramos, vou pensar o museu de São José, problematizando-o e historicizando-o na linha temática do programa de Ensino de História:

O trabalho com objetos geradores não se vincula a relações nas quais o sujeito simplesmente descobre o objeto. Não se trata da revelação à luz de métodos cujos passos estão seguramente definidos. Antes de tudo, o potencial educativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações. (RAMOS, 2016, p. 74).

Todavia, Francisco Ramos alerta que: "Desse modo, o objeto gerador não é método. É antes parâmetro hermenêutico para a construção criativa de práticas pedagógicas que possibilitam novas leituras da nossa própria historicidade." (2016, p. 73). Existe um trabalho historiográfico e de ensino a ser feito por mim neste texto, nos roteiros propostos, e também pelos professores e alunos que porventura vierem a fazer uso deste material.

Os museus são um espaço de público que abre para diferentes realidades socioculturais, como forma de recuperação da unidade perdida que mede etnocentricamente a realidade, segundo Genoveva Oliveira (2013). Sendo os bens culturais vistos como pilares do conhecimento, os museus são um ambiente de investigação e estudo da multiplicidade de papéis educativos, não só para alunos, mas para a comunidade local em geral.

Sendo o museu o ambiente da pesquisa, o Museu Histórico Municipal de São José, inaugurado em 21 de setembro de 1988, é o museu municipal cujo viés é de história veiculada na própria cidade. Feito sem muita ciência, dada a época da reunião do acervo e a pretensão que se tinha, torna-se, mesmo assim, uma referência à cidade e ao ensino da mesma. James Clifford, em seu estudo dos museus da costa noroeste dos Estados Unidos, compara museologia e conta história. O autor cita a temática de um dos museus: "A abordagem histórica geral do museu Real da Colúmbia Britânica (*no Canadá - grifo meu*) é linear e sintética. Conta uma história de adaptação cultural, de crise e conflito, numa escola regional, mais ampla". (Clifford, 2003, p. 262). Trata-se de uma leitura possível, como parâmetro, para o museu de São José –uma história linear e política, tradicional, da cidade. Já o sistema "arte-cultura" por ele abordado na página 254 deste mesmo texto, mas abordado com mais capilaridade no texto de 1988, vem questionar porque certos objetos vão para museus de belas artes e outros para museus de antropologia. Já neste texto posso questionar, e levar este questionamento a professores e alunos que visitam o museu: por que certos objetos estão no museu e

outros não? Quem fez deles mais importantes, mais relevantes, mais "dignos" de estarem no museu?

Esta dissertação pretende indicar o museu como um local cheio de possibilidades de ensino de História, fora do ambiente escolar, evidenciando o uso da educação patrimonial imaterial no Museu Histórico Municipal de São José; desmistificar o espaço erudito como é rotulado o museu e apresentá-lo como um lugar da comunidade. Apresentar o MHMSJ como um local onde antecederam-se momentos de fomento à educação (como o setor educativo do museu, o PPP do museu, fatos que levaram a criação do Projeto “Conhecer São José” (Lei 5.101/2011)). No museu a educação patrimonial já acontecia antes da lei, e obviamente antes desta dissertação. Cumpre destacar que o Museu, quando criado em 1988, era um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que outrora se tornou Secretaria de Educação e Cultura. Somente no ano de 2005 o Museu desloca-se para a recém-criada Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Isto ajuda a entender a criação da própria lei.

O Museu é o centro da questão. Ele existia antes do Projeto “Conhecer São José”. Muito do que o projeto prescreve o museu já fazia, antes de ações educativas ou Plano Político Pedagógico (PPP). E mesmo o projeto já como produto "vendido" às escolas, o museu ainda é protagonista, como a base principal, onde a visita é agendada e iniciada para contextualizar todo o roteiro a professores e alunos que procuram este serviço público municipal.

Entre as Secretarias de Educação e Cultura, o museu germina dentro de si, com o projeto do seu setor educativo e posteriormente o seu PPP, o que viria a ser o atual Projeto “Conhecer São José”. Penso que esta seria outra boa pergunta: quais são os ecos sonantes e dissonantes deste nascedouro da lei e do projeto “Conhecer São José”?

O Museu é atualmente o ponto inicial destas visitas guiadas, proporcionando acesso ao projeto “Conhecer São José”. Esse espaço de informação, educação e pesquisa se constitui em um importante local à construção e preservação da memória do Centro Histórico de São José, alastrando-se a todo o município, tornando-se referência de consulta e conhecimento para outras localidades. Não se tem outros centros e/ou locais de memória fora do Centro Histórico da cidade. E mesmo neste bairro, os patrimônios materiais que estão relacionados à história do

município restringem-se ao museu, ao Arquivo Público, à documentação, à arquitetura do Theatro Adolpho Melo, à Igreja Matriz e à Casa de Cultura.

Para a produção desta pesquisa faz-se necessário indicar as fontes, os arquivos e os documentos que foram consultados no próprio Museu e em órgãos administrativos que tratam e preservam esta documentação específica: Arquivo do Museu Histórico – livro de visitação, relatórios, projeto do setor educativo do Museu (2004), Plano Político Pedagógico — PPP (2006), Plano Museológico (2010) e roteiros de visitação; Acervo museológico – exposição de longa duração do Museu Histórico; Arquivo da Fundação Municipal de Cultura e Turismo – relatórios do projeto “Conhecer São José”, folders, roteiro, cartilha do patrimônio; Legislação específica da Câmara dos Vereadores do município de São José /SC – Lei nº 5.101/2011 e Lei nº 0086/2012; Processos de registro do Serviço de Proteção ao Patrimônio Cultural e Natural (SERPPAC) dos bens imateriais intangíveis.

A criação e implementação do projeto permite afirmar que diversos professores não têm acesso a materiais sobre a história do município e indiciam de algum modo poucas fontes bibliográficas e didáticas como recurso para o ensino da história do município. Neste sentido podemos pensar que o projeto “Conhecer São José” é um maneira de adquirir e repassar conhecimentos aos alunos acerca da história local como meio de “alfabetização cultural” no Centro Histórico, se aproximando de outra forma da História que foi explicada em sala de aula.

O levantamento bibliográfico apontou que uma parte considerável dos materiais disponíveis sobre a história e a vida cotidiana do município de São José está presente em obras que contemplam itens iconográficos os quais mais comumente funcionam como ilustrações e não necessariamente levantam problematizações sobre o município. Não deixando reconhecer o devido mérito são produções resultantes de pesquisa de historiadores que assumimos neste texto como historiadores “informais”— isto é, aqueles que não têm, necessariamente, formação acadêmica em História, mas que se dedicam à escrita da história local —, como Gerlach e Machado (2007), que mostram a cidade de São José como uma das quatro primeiras freguesias criadas em Santa Catarina, em 1751.

A obra descreve a história da cidade a partir de fotografias do cotidiano dos moradores e de relatos, em sua maioria, de viajantes. Outra fonte da qual os autores se valem é a reprodução de conteúdo de jornais antigos, anúncios e folhetos que

atestam diferentes aspectos da vida dos moradores e a história da cidade. Em outras palavras trata-se de uma obra descritiva acerca do município.

A obra do professor Vilson Francisco de Farias, *São José 256 anos- Em busca das raízes* (2006) é fruto de obras anteriores do mesmo autor, com acréscimos feitos. Essa e outras obras seguintes foram financiadas por dinheiro público municipal por meio da Prefeitura Municipal de São José. O autor faz um compilado sobre a ocupação açoriana, estruturação da cidade e as ligações ainda presentes na base cultural. São sempre colocadas como bibliografia básica nos concursos de ingresso a magistrado público do município por sintetizarem a história da cidade em quatro principais livros. Assim se tornaram de conhecimento dos professores da rede municipal de ensino.

Além desse material, cita-se também a dissertação de mestrado em História, de autoria de Maria Aparecida de Lima, intitulada *A Plasticidade dos Artefatos de Barro: Olarias e Oleiros de São José*. Defendida em 1998, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o estudo versa sobre a profissão do oleiro e seu fazer. Outra dissertação de mestrado, porém em Geografia, é de Tatiana Cristina da Silva, intitulada *Centro Histórico de São José (SC): Patrimônio e Memória Urbana* (2006). Foi defendida também na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e vem a versar sobre o Centro Histórico da cidade, na discussão da passagem ou não por este bairro a atual Avenida Beira-mar. Fato que não ocorreu, esta avenida veio a aterrar parte do litoral do bairro Praia Comprida, bairro limítrofe do Centro Histórico do município. Os mais atuais trabalhos sobre a cidade de São José são a dissertação de Mylene Visani (2018), sobre ensino de História e visibilidade de povos africanos e afrodescendentes e a monografia de Fernanda dos Santos, sobre a Festa do Divino Espírito Santo (2019), ambos trabalhos defendidos na UFSC – o primeiro no ProfHistória e o segundo na graduação em História. Ainda que ínfima é esta a bibliografia com a qual se pretende debater, dado seus usos constantes e sua circulação no município.

Pensando na cidade, no bairro onde está construído o Museu, e a partir do estudo de Rogério Proença Leite que trata da revitalização do bairro do Recife Antigo sob dois pontos, traça-se um paralelo com o que vem sendo feito em São José e as diferenças destes processos. Sob a perspectiva de Leite, no antigo Recife, o primeiro ponto é o do espaço público:

Embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, devemos entendê-lo como algo que ultrapassa a rua; como uma dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas. Não sendo necessariamente todo espaço urbano um espaço público, há de se verificar quando um espaço urbano pode ser caracterizado como público. A reativação pura e simples dos usos cotidianos de um determinado espaço urbano não é, assim, característica suficiente, embora necessária, para conferir a um determinado espaço urbano a característica de espaço público. (LEITE, 2002, p. 2).

Observar os usos do espaço na passagem de espaço urbano para espaço público e as mudanças ocorridas a partir deste movimento, como a perda da centralidade geográfica, por exemplo.

O outro ponto é o da reestruturação espacial, que pode, como foi em Recife, repaginar o orgulho local, e a vida no bairro, na cidade, na estima do povo:

O processo de *gentrification* que reinventou o Bairro do Recife alterou profundamente a sua paisagem urbana, transformando-a numa espécie de "paisagem cívica" depurada (Menezes, 2002) ao deslocar para a esfera do consumo os sentidos tradicionais da história e da cultura pública. Reconstruído como nova centralidade, o Bairro teve sua memória – inscrita em seu patrimônio edificado e na vida cotidiana dos moradores mais antigos –, subsumida pelas estratégias de *marketing* urbano, que equipararam o antigo *Povoados dos Arrecifes* a um *shopping center*. Hoje, o Bairro ocupa cada vez mais os espaços das narrativas sobre a singularidade do local para a cidade do Recife. [...] No meu ponto de vista é uma coisa que faltava ao recifense, ao pernambucano, que eu vi muito no Sul quando viajava. É o orgulho de ser de tal lugar. E hoje nós temos aqui, você pega um turista, traz pro bairro, você vinha pro Recife, trazia pra Olinda. Não tinha um ponto pra mostrar nossas raízes e hoje esse ponto com certeza é o bairro do Recife. Você traz e tem orgulho de mostrar. (LEITE, 2002, p. 3-4).

Em São José não foi visto algo semelhante (de uma reestruturação espacial com novas construções, por exemplo), mas sim do ponto de vista de um local de memória, de um nascedouro da cidade. A delegação de uma originalidade, de uma centralidade para a cidade. Não foi produzida uma alteração da paisagem urbana, mas sim um reforço do discurso do "local original", cuja importância histórica suplantaria a sua anterior centralidade urbana, lançada no presente momento a outros bairros. Em São José não foi reinventado um bairro, mas sim rerepresentada a sua importância histórica.

E este é um evento recorrente no Centro Histórico. A criação do Museu em 1988, a inauguração do Monumento dos Imigrantes (imigração açoriana de 1750) no ano 2000, a reconstrução do trapiche, com a confecção de uma pintura histórica por dentro desta obra (uma grande linha do tempo) em 2019.

Cito Roger Chartier para demonstrar que existe tensão de jogo de forças neste ambiente de patrimonialização e musealização, onde o ensino de História também pode e deve-se colocar:

[...] é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos, [e cujo objeto situa-se] na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam - mais ou menos fortemente, dependendo de sua posição nas relações de dominação - o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer. (CHARTIER, 1994, p. 102).

Este jogo podemos ver nas formações das coleções dos museus, e o MHMSJ também é um exemplo. Entretanto, o ensino de História e a educação patrimonial podem ajudar a desvelar a cortina, fazer com que os estudantes tenham mecanismos para olhar o que tem por trás de determinada coleção, determinado patrimônio tombado e se perguntar: Por que esta peça e não aquela? Por que aquela manifestação e não esta?

Vir a usar o patrimônio imaterial registrado pelo município, que tem suas peças inclusas no acervo do museu, como um Patrimônio Gerador. Que venha a gerar as inquietações e discussões que vão perpassar por esta aula-visita e se estender à escola, ao ambiente da sala de aula.

Este trabalho é um caminho para quem busca a história e a memória através da educação patrimonial. As aulas-campo apoiam-se em recordações e, principalmente, em lugares de memória, no sentido dado por Nora (1993), que preconiza não a exaltação desta, mas mostra como sua ausência cria a aparição de locais como museus, que personificam os “lugares de memória”. O discurso da História vai se apoiar dentro do Projeto no discurso da memória, um quase “preenchimento” de vazios:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, é uma representação do passado. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Portanto, estar em aula de História dentro de um museu (um lugar de memória), aula esta que vai focar em patrimônios imateriais tombados (modos de

fazer, representações de fé e devoção (rituais)), pretende fazer com que professores e alunos se questionem sobre a existência destes locais, destes tombamentos. Não apenas ouvir falar deles e vê-los em uma visita, mas fazer destas aulas (preparação-visita-avaliação-devolução) momentos de reflexão e construção de conhecimento e conscientização histórica.

Tratando-se de um projeto de ensino de História nos extramuros escolares, apesar da prescrição não o determinar, o ensino se faz e as dependências do MHMSJ são parte integrante deste. O projeto funciona como um meio de deixar a História mais próxima dos alunos, estar no lugar que era tão distante em sala de aula. Assim, convido-os a pensar a cidade, o museu, a história e o ensino local pela perspectiva da historiadora Circe Bittencourt:

[...] a história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, de proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares”.(BITTENCOURT, 2004, p. 172).

Museu, História Local e Ensino de História, permeiam este projeto de visitas guiadas. Portanto, mesmo sem a prescrição e o cuidado devido, o ensino de História deveria ser mais bem abordado no viés do projeto “Conhecer São José”, bem como na presente dissertação.

O ensino de História apresenta-se nos PCN's, como:

A opção de se introduzir o ensino de História desde os primeiros ciclos do ensino fundamental explicita uma necessidade presente na sociedade brasileira e acompanha o movimento existente em algumas propostas curriculares elaboradas pelos estados. [...] A demanda pela História deve ser entendida como uma questão da sociedade brasileira, ao conquistar a cidadania, assume seu direito de lugar e voz, e busca no conhecimento de sua História o espaço de construção de sua identidade. (BRASIL, 1997, p.4-5).

Ampliar horizontes, dar entendimento, produzir cidadania. E como pensam os historiadores sobre este ensino prescrito em documento oficial? Que tática pode ser aplicada, para dar possibilidades de os alunos chegarem a ter horizontes históricos ampliados?

Desse modo, Selva Guimarães Fonseca (1993) destaca que:

A proposta de metodologia de Ensino de História que valoriza a problematização, a análise crítica da realidade, concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos, que cotidianamente atuam, transformam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivências: em casa, no trabalho, na escola [...]Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é apenas herdada via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição de cidadão a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência. (FONSECA, 1993, p. 18).

As questões do ensino de História que permeiam em projeto de visitas guiadas, muito são elaboradas na perspectiva da sala de aula. O caso do presente estudo não se trata de sala de aula. Assim, adaptações terão que ser feitas nas colocações dos autores, todavia a temática é a mesma: como se faz e o que se pretende com este ensino? O ensino de História não na sala de aula tradicional, mas com um museu e um Centro Histórico (urbano) servindo como sala de aula.

Os saberes docentes e discentes se manifestam em sala de aula e também fora dela, como em uma visita guiada em um Museu Histórico:

[...] o saber não é uma substância ou um conteúdo fechado em si mesmo, ele se manifesta através de relações complexas entre o professor e seus alunos. Por conseguinte, é preciso inscrever no próprio cerne do saber dos professores a relação com o outro, e, principalmente, com esse outro coletivo representado por uma turma de alunos. (TARDIF, 2011, p. 13).

Ulpiano Bezerra de Meneses (1994) também trata sobre este tópico, focando em museus históricos:

Enfim, do ponto de vista metodológico (base também para uma sólida exploração educacional), as possibilidades da exposição histórica são privilegiadas. Não sendo a História um conjunto a priori de noções, afirmações e informações – mas uma leitura em que ela mesma institui, em última instância, aquilo que pretendemos tornar inteligível – ensinar história só pode ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História (e aprender História, aprender a fazer História). (MENESES, 1994. p. 39-40).

Para contemplar a temática da museologia, apresento uma referência brasileira e mundial, Mario Chagas, referência bibliográfica sobre como o museu não é apresentado como local de conforto, de discurso único, mas como um local de disputa, em que “ausências” e “vazios” dizem tanto quanto o exposto, o nomeado:

Selecionar, reunir, guardar e expor coisas num determinado espaço, projetando-as de um tempo a outro, com o objetivo de evocar lembranças, exemplificar e inspirar comportamentos, realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas parecem constituir as ações que, num primeiro momento, estariam nas raízes dessas práticas sociais chamadas, convencionalmente, de museus. (CHAGAS, 2009, p. 22).

Assim, para que a pesquisa possa ser organizada nesse texto, buscou-se detalhar a cada capítulo assuntos que foram brevemente discutidos até aqui. Esta dissertação está estruturada por introdução seguida de três capítulos. O primeiro capítulo é onde se apresenta a cidade e o museu em sua relação discursiva, pensando a cidade sob a ótica de seu centro histórico como centralidade de discurso. Centralidade esta também apresentada pelo projeto “Conhecer São José”, do qual o Museu é parte integrante e se constitui como referencial de memória.

O segundo capítulo aborda o panorama do Projeto Político Pedagógico do museu, a estrutura do projeto utilizado na pesquisa e o patrimônio imaterial em si. Trata-se de um documento produzido em 2004, um ano após o Museu ter saído da estrutura da Secretaria de Educação. Traduz-se numa maneira de manter vínculo com a educação, pois grande parte de seu público é estudantil, primordialmente da rede de ensino de São José. Pretende-se, aqui, enumerar atividades já realizadas pelo Museu e, com base nisso, sistematizar uma ação educativa mais firme e “vendável” ao público escolar que o frequenta. Uma dessas ações consiste em visita acompanhada de guia.

No terceiro capítulo apresenta-se o projeto “Conhecer São José”, que não poderia ser entendido sem os dois capítulos precedentes. Apresenta a educação patrimonial na Fundação Municipal de Cultura e Turismo e a transição entre duas gestões. São apresentadas suas fases, a legislação “fundadora” e ações postas em prática. O capítulo aborda o resultado final da pesquisa. Apresenta o roteiro alternativo com base em três patrimônios culturais imateriais do município (o que constituiu em termos de organização textual um quinto momento). Procura-se apontar a atuação do Museu dentro do projeto “Conhecer São José” – um papel e origem, de referência, de acolhida, um ponto de encontro e convergência.

Pelo caráter que o museu pode imprimir à dinâmica do ensino de História, frente ao prédio, ao mobiliário, à sua expografia:

A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um “olhar de curiosidade” a respeito de

“peças de museu” – que na maioria das vezes, são expostas pelo seu valor estético e despertam o imaginário de crianças, jovens e adultos sobre um “passado ultrapassado” ou “mais atrasado” – em “um olhar de indagação”, de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história. (BITTENCOURT, 2004, p. 355).

Trata-se de uma nova proposta para o ensino de História e para a educação patrimonial junto ao Museu Histórico Municipal, com um novo olhar material de apoio que venha a ser utilizado pelos professores e turmas que buscam as visitas ao museu. Trazendo para o debate a temática do ensino de História em um ambiente museal, para a reflexão de professores, alunos e guias destas visitas. Fazendo do museu um local de reeducação do olhar, um local de produção de novas perspectivas, visto que observar a materialidade das coisas na história é como exercitar a leitura, segundo Ramos (2004), estudando a História por livros e por objetos.

Esta pesquisa tem a intenção de fazer a reflexão e também ser um material de apoio pedagógico para auxiliar no planejamento da visita à instituição. Esta dimensão propositiva está no apêndice A deste trabalho, como produto final desse estudo que engloba o museu, patrimônio imaterial, educação patrimonial e o ensino de história. Olhar estes objetos dentro do museu, como também fora dele em seus usos outrora habituais. O museu como ambiente para o ensino de história:

A historicidade dos objetos reside no tempo, nas marcas do uso, da falta de uso ou nas fendas do abuso. É por isso que sentimos o que é novo, assim como imaginamos o tanto de décadas ou séculos que possui determinado objeto. Afinal, com quantas histórias se faz um objeto? Como foi feito? Por quem? Por quê? Quando? Como foi amado ou odiado? Como foi permitido ou proibido? Como foi sedutor ou repugnante? Em que sentido foi sacralizado ou profanado? Como se tornou público ou interdito? Quantos segredos (in)confessáveis... E tantas outras cargas de sentimentos e conflitos... Tensões mais íntimas ou de caráter social... (RAMOS, 2016, p. 75).

Estas questões podem brotar antes do museu, da visita às aulas preparatórias, e durante a própria visita ao espaço museal. Ou nas aulas posteriores à visita, quando o conteúdo/ambiente pode ser revisitado pela memória, pelas anotações, pelas fotos, filmagens, pelas impressões dos alunos visitantes. Assim, unem-se nesta pesquisa o Museu Histórico Municipal de São José com seu acervo, a educação patrimonial no ensino de História com o projeto “Conhecer São José” e o patrimônio cultural imaterial do município de São José.

2 MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ: CRIAÇÃO E ACERVO

Para compreender de melhor forma o Museu Histórico Municipal de São José, no contexto e cidade em que está inserido, este primeiro capítulo da pesquisa apresenta o acervo da instituição e o acervo em que o roteiro final foi aplicado. O Museu Histórico Municipal de São José está no município de São José. Nesse primeiro capítulo pretendo explicar a história do casarão, como se instituiu o museu, apresentando a organização do seu acervo e expografia. Traço um passeio pelos corredores do museu onde o trabalho foi idealizado, busco desenhar para o leitor a estrutura em questão. A escolha partiu do uso que a comunidade e, principalmente, o projeto “Conhecer São José” faz desse espaço de memória e cultura, e sua importância para a estabilização da identidade municipal.

O município de São José (Figura 1) está localizado no litoral de Santa Catarina, e é a quarta maior economia do estado³. Entre os primeiros municípios de Santa Catarina, São José era habitado pelos indígenas guaranis, e foi povoado por açorianos no ano de 1750, assim como boa parte do litoral do sul do Brasil. Sua base cultural parte de sua ocupação, intensificando com a valorização da cultura açoriana pós 1970.

Figura 1- Território da cidade de São José



Fonte disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_(Santa_Catarina))>. Acesso em: 15 ago 2020.

³São José. Fonte disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_(Santa_Catarina))>. Acesso em: 20mar2020.

O bairro intitulado como Centro Histórico é onde estão as casas mais antigas, e onde atualmente se encontra osobrado que é ocupado pelo Museu Histórico Municipal de São José que pertenceu à família Ferreira de Mello e se destaca na paisagem característica do bairro, principalmente por ser um dos prédios mais antigos. A Família Ferreira de Mello, tradicional na cidade nas questões político-militares, e posteriormente artística, foi a responsável pela construção do casarão feita por escravos entre os séculos XVIII e XIX.

Figura 2 - Museu Histórico Municipal de São José / Sobrado Ferreira de Mello



Fonte disponível em: <<https://www.ferias.tur.br/fotogr/153547/saojose-sc-museuebibliotecamunicipal-fotohugododl/saojose/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

A criação do MHMSJ (Figura 2) partiu da comunidade josefense e do anseio de manter o prédio dando um uso para a comunidade, por ser o mais adiantado em estado de degradação. Considerado o edifício mais antigo do município, ganhou espaço na cultura municipal por ter sido “testemunha” de vários acontecimentos de grande relevância histórica para a região e fazer parte da própria identidade cultural dos josefenses.

Construído entre o fim do século XVIII e o início do século XIX pela família Ferreira de Mello, por meio de uma arquitetura colonial luso-brasileira, o casarão passou por processo de restauração iniciada em 1984, como pode ser observado na figura 3, sendo reaberto à visitação em 1988. Após ser adquirido pela Prefeitura Municipal de São José, o casarão foi considerado utilidade pública e tombado pela

Lei estadual nº 5.846/1980, sendo o primeiro prédio tombado no município. Junto da Igreja Matriz, são os únicos com proteção estadual.

A instalação do Museu Histórico Municipal de São José partiu de um movimento de “resgate histórico” da cidade, em termos políticos, considerando que em matéria de ciência histórica não existe resgate. Com esta iniciativa, uma reforma começou a ser feita no Casarão da Família Ferreira de Mello em 1984. O MHMSJ foi aberto ao público em 21 de setembro de 1988, todavia, sua efetiva criação legal ocorreu em 1997. Há uma série de leis referentes ao casarão e ao MHMSJ, bem como à proteção do patrimônio em São José⁴.

O Casarão da Família Ferreira de Mello é um marco da arquitetura colonial portuguesa. Não há documentação precisa de sua construção. Especula-se que seja de 1772. Todavia, é mais confiável a hipótese de que sua construção tenha ocorrido no início do século XIX. Com características de sobrado, como outros da região, exercia dupla função: a parte superior era habitação familiar, a inferior, por vezes, comércio, estrebaria e até senzala. Entre pesquisas pelos meios de comunicação é comum observar trechos que comentam sobre a propriedade, de veículos oficiais e amadores:

É um marco histórico e arquitetônico. Construído em 1722. É o único prédio intacto em sua construção original, o colonial rústico português de grandes dimensões. O prédio serviu de residência, escola Militar, Quartel da Guarda Nacional e chegou a cortiço. Hoje, reformado, abriga no andar superior o Museu Histórico [...] (MULLER, 2010).⁵

Segundo a afirmação do texto destacado acima, o prédio que hoje é sede do Museu Histórico Municipal de São José já teve várias funções, como: recepção e cerimônia do Beija-Mão ao Imperador Dom Pedro II, sede do Governo de Santa Catarina por ocasião da Revolução Federalista abrigada em Desterro (1893), Quartel da Guarda Nacional (1994). Ao ser transformado em cortiço, a instalação tornou-se mais próxima do povo, mais afeito à população, embora tal circunstância tenha agravado sua depredação.

⁴ Lei estadual nº 5846/1980 – 1º prédio tombado no município; Decreto estadual nº 29608/1996 – referenda a primeira lei; Lei municipal nº 3024/1997 – criação do MHMSJ; Lei municipal nº 4429/2006 (revoga a Lei nº 3.752/01 e dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural e natural do município, cria órgão competente e o Fundo do Patrimônio Cultural e dá outras providências).

⁵ As referências sobre o casarão não são precisas, porém o seguinte site o trata desta maneira. Disponível em: <<http://saojosecity.blogspot.com/2010/05/cidade-do-seculo-xxi.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

Danificado, mas já tombado por lei estadual, deu-se início a sua reforma em 1984, que não foi executada de maneira correta. Muito do que se podia preservar foi ignorado: assoalho, janelas, umbrais e portas. De original restou apenas a estrutura externa e suas paredes grossas. A vitrine do corredor número 02 do museu contempla fotos do casarão danificado, com peças originais de seu telhado autenticando a História.

A instituição do Museu Histórico Municipal de São José ocorre no ano de 1988, período em que o açorianismo era uma tendência na região da grande Florianópolis. Uma questão a ser problematizada é o uso de um novo local de cultura municipal como meio de expandir a valorização da base açoriana.

O movimento que aconteceu após os anos de 1950, com o conceito de açorianismo, é analisado e problematizado por Maria Bernardes Flores, no livro *A farra do boi* (1997). Essa valorização da cultura do “homem do litoral” tem origem a partir do Congresso de História Catarinense, em 1948, que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, momento posterior à política de nacionalização, que auxiliou na exaltação da cultura açoriana.

Segundo Nazareno José Campos (2009), a comparação com o norte do estado e o vale do Itajaí, regiões com um desenvolvimento industrial e econômico por conta de sua colonização e expansão, apresenta o litoral como um lugar de economia decadente por não ter uma atividade industrial ativa. Entretanto, após a campanha de nacionalização entre as décadas de 1930 e 1940, durante o governo Vargas, surgiu em Santa Catarina esse movimento para destacar a importância dos habitantes do litoral. Exaltando o litoral, fortalecendo socialmente e culturalmente a visibilidade do povo do litoral de origens açorianas ou não.

O âmbito cultural e histórico após o congresso de 1948, fez com que as manifestações culturais de origem açoriana recebessem uma maior atenção. Uma política cultural fortalecida a partir das discussões e discursos, para manter um senso de continuidade das tradições antepassadas (FLORES, 1997).

Figura 3 - Parte interna do Casarão Ferreira de Mello durante a reforma na década de 1980



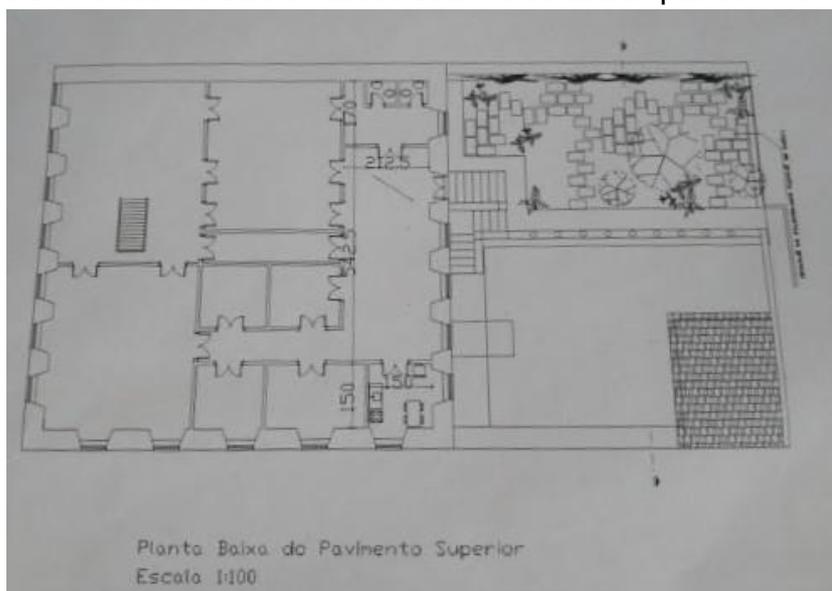
Fonte: Acervo pessoal da família Ferreira de Mello.

Com a instituição do Museu Histórico Municipal de São José, o foco para o acervo foi a história do município. A grande maioria das peças que compõe o atual acervo do Museu Histórico Municipal de São José é oriunda de doações, que lhe possibilitaram a abertura em 1988. A composição das salas baseia-se nos eixos temáticos: política, arte, religião e cultura.

Na contemporaneidade, o Museu Histórico Municipal de São José foi contemplado, através de doação da Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros, por uma coleção de cerâmica utilitária, produzida pela escola, uma das raízes açorianas que o poder público tenta revitalizar. Da Igreja Matriz recebeu peças da Festa do Divino Espírito Santo, da Procissão do Senhor dos Passos, paramentos e objetos litúrgicos. Duas grandes peças foram adquiridas a valor monetário pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo e anexadas ao acervo do MHMSJ: um painel intitulado *São José dos meus dias*, de Plínio Verani Júnior, e o engenho de cana-de-açúcar e farinha de mandioca, que está no pátio do Museu.

Desta feita, no de 2019 o Museu Histórico de São José se apresenta com a seguinte disposição expográfica, apresentada em forma de circuito:

Figura 4 - Planta baixa do Museu Histórico Municipal de São José.



Fonte: Documento do MHMSJ.

Do sobrado luso-brasileiro, como é apresentado na figura 4 pela planta baixa da edificação, sempre constituído pelas peças superior e inferior, o museu utiliza-se apenas da parte superior, e nela distribui seu acervo. O primeiro salão dedica-se às exposições de curta duração, as quais são disponibilizadas pela FMCT, por meio de edital de exposições temporárias.

Passando a primeira sala expositiva, tem-se uma dinâmica política, existe uma galeria com fotografias de ex-prefeitos (Figura 5). Observando esta galeria é notória a presença de homens brancos e de apenas uma mulher branca. A ausência de mulheres (até o ano de 2012) e de mulheres e homens negros no cargo do executivo chamam a atenção para a discussão da posição das pessoas dos grupos de minorias no município.

O mobiliário da Câmara de Vereadores é da década de 1920 e a mesa do gabinete do Prefeito da década de 1930. Junto está um umbral vindo também do poder legislativo, cujo brasão da República ainda é remontado aos tempos dos Estados Unidos do Brasil. Composto por apenas nove lugares, apresenta de forma bem prática o aumento de pessoas no setor legislativo, visto que é conforme o aumento da população. Então, em 1920 a casa legislativa de São José continha 9 vereadores, e cem anos depois contém 19 membros.

Figura 5 - Galeria de prefeitos municipais.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto:do autor.

Figura 6 - Peça do setor de olaria figurativa.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto:do autor.

Ainda nesta mesma primeira sala, fora a parte político-administrativa da cidade, apresenta-se a coleção de olaria figurativa, uma doação da Escola de Oleiros Joaquim Manuel de Medeiros (Figura 6). Na mesma sala, há vitrines de armas de fogo, espadas e munições de uso militar. Finalizando este espaço, existe um monitor televisivo, que cumpre a finalidade de apresentar um vídeo institucional do projeto “Conhecer São José”.

Figura 7 - Quadro "São José dos meus dias" - Plínio Verani.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto:do autor.

Encerrando a expografia da sala, o painel *São José dos meus dias* (Figura 7) de Plínio Verani completa a ambiência. Nela tem-se uma parte do centro histórico onde o autor lança elemento de cultura açoriana, como: boi de mamão, procissão, pesca, olaria e rendeiras; também remonta a colonização alemã na cidade colônia São Pedro de Alcântara. Coloca o Pelourinho no centro da Praça, um tema sensível à cidade, pois o mesmo ainda existe, porém está no museu Anita Garibaldi em Laguna/SC – fruto de uma doação do município de São José através de Lei ordinária nº628/67, de 23 de novembro de 1967. O tema tornou-se sensível quando no início do ano de 2016 existiram tratativas de fazer o retorno da peça a São José, todavia o debate deu-se sob o significado da mesma: uma questão do marco jurídico dos tempos coloniais de Portugal ou uma peça de castigo aos que foram forçosamente escravizados e trazidos de África? As tratativas com o município de Laguna não avançaram, mas a discussão ainda corre pela cidade.

Seguindo para o corredor – que está fechado para fins de percurso por três cubos onde se expõem lampiões e lamparinas –, este leva a duas pequenas salas. A

primeira destas apresenta peças dos "primeiros habitantes", peças indígenas. São elas: uma vitrine de peças líticas com rapadores, moedores, amoladores, machado, zoólitos (Figura 8). Este acervo veio por doação, todavia, não de indígenas do litoral, mas da serra catarinense. Além de outra vitrine com peças de cestaria e argila e uma estante com arcos, flechas e lanças, estas dos guaranis da região da Grande Florianópolis – Palhoça e Biguaçu –, lembrando que no território atual de São José não existe aldeamento indígena, e duas peças de vida animal, um osso de baleia e um crânio de onça.

Figura 8 - Vitrine dos zoólitos.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto:do autor.

Passando a próxima sala, a mesma apresenta a temática da tecnologia e das comunicações (Figura 9). Nela tem-se um projetor cinematográfico, este pertencia à Colônia Santa Tereza, o antigo leprosário. Ainda se expõem um televisor, uma vitrola, um projetor de filmes em super 8, duas vitrines – uma com fotos antigas do próprio casarão e da Praça Hercílio Luz defronte à Igreja Matriz e máquinas fotográficas antigas; a outra com aparelhos de comunicação: telégrafo, telefone fixo, telefone celular, fichas telefônicas e rádio portátil. Finalizando esta sala, sob um totem está um aparelho de Telex.

Figura 9 - Sala das comunicações



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto:do autor.

Esta sala é um ambiente em que o processo da tecnologia é destacado e discutido. A compreensão de como o desenvolvimento se deu rapidamente em um século e meio, conectando o projetor de cinema com mais de dois quilos e o data show atual das salas de aula.

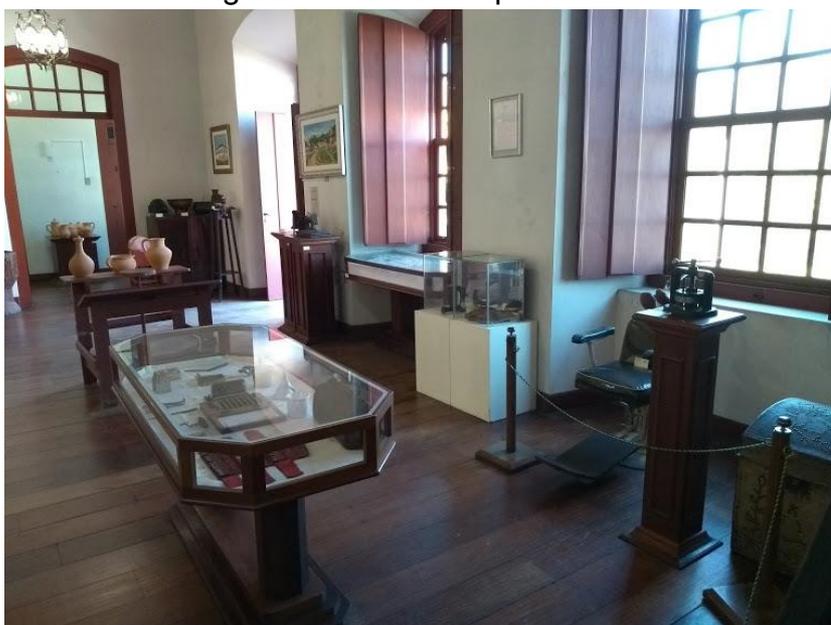
Passa-se assim a um salão amplo nos fundos do casarão. Nele dispõe-se um grupo de objetos como: um conjunto de charrete de 1910, uma cela feminina e uma canoa de um pau só, dando uma temática de transportes. Passa-se à temática das profissões, onde existe em exposição uma cadeira de dentista, um estampador dentário, um pé de sapateiro, junto a tamancos de madeira. Em uma vitrine têm-se peças das profissões: médico, dentista, barbeiro (Figura 10).

Seguindo, apresenta-se uma roda de oleiro e algumas peças da chamada olaria utilitária. A poucos passos, tem-se uma bancada de comércio, onde se apresenta uma balança de mercearia, um conjunto de pesos e uma caixa registradora (Figura 11). Logo acima tem-se uma foto ampliada de um antigo café social da cidade – neste local atualmente está abrigada a biblioteca pública municipal. Comunicando com esta bancada de comércio, existe uma vitrine de numismática com cédulas e moedas de réis, cruzeiros e cruzados, algumas notas carimbadas haja vista a impossibilidade da produção de novas células nas constantes mudanças monetárias dos anos 1980. Representando a economia do município por muitos anos, concentrado na questão do oleiro, que foi a principal

fonte de renda durante décadas, além do comércio que se concentrou por muitos anos no Centro Histórico.

Também neste amplo salão a expografia apresenta peças de lida doméstica, tais como: roda de fiar, descaroador de algodão, manteigueira, ferros de passar a carvão, máquinas de costura, tachos e panelas de ferro. Este salão leva à última sala expositiva, nela têm-se peças distintas.

Figura 10 - Sala das profissões.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 11 - Bancada de comércio.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

A disposição expográfica apresenta peças vindas da Igreja Matriz da cidade, tais qual o púlpito, o missal, incensários, prensa de hóstia, vestimentas sacerdotais de Dom Jaime Câmara, cardeal josefense, que, entre outros cargos eclesiásticos, ocupou o de arcebispado do Rio de Janeiro (Figura 12). A religiosidade era bastante presente entre os colonizadores, logo após a chegada dos açorianos uma pequena igreja foi levantada na ponta da praça com vista para o mar e a partir desse ponto o povoado foi se estendendo e sendo construído. A Paróquia de São José foi instituída em 26 de outubro de 1750 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Outras práticas religiosas não são apresentadas na história da cidade e no acervo do museu, visto a tradição católica que a cidade constituiu. A ausência de representação de religiões de matriz africana é debatida por movimentos negros da grande Florianópolis. Contudo, por ora o museu Histórico Municipal de São José não tem acervo para tal mudança na exposição permanente.

Figura 12 - Sala das religiosidades.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Nesta sala também se apresentam vitrines de peças como louças – destaque para a bigodeira – e de usos educacionais e profissionais – com canetas tinteiro, lupas, kit de tatuador, dentre outras peças. Conversando com esta vitrine tem-se uma carteira escolar dos anos 1930, que pertencia à escola estadual Francisco Tolentino localizado no bairro do Centro Histórico. Fechando a expografia desta sala, tem-se um diorama de uma sala de estar ambientada em uma residência

antiga, com uma rádio vitrola, uma namoradeira, um conjunto de jarro e bacia, e um telefone datado dos anos 1940. Contudo, deve ser claro que uma estrutura de casa representada com o conjunto de acervo do museu é incomum para os parâmetros da época apresentada, visto que os donos da casa e da mobília eram de família abastada e de bens. A maior parte da população vivia com uma estrutura de vida mais humilde, com poucos móveis e utensílios domésticos de barro.

Ainda completando o conjunto expositivo, existe um corredor que liga o primeiro salão das exposições de curta duração ao salão mais ao fundo onde se encontra, por exemplo, a charrete. Este corredor é dedicado à Família Ferreira de Mello, a família que tinha posses e escravos à época para erguer o sobrado. Tem-se ali uma árvore genealógica da família, peças como louças e chapéus, um conjunto de cartas, uma foto do violonista Adolpho Mello – que batiza o teatro do centro histórico –, uma vitrine com fotos antigas da casa, inclusive que demonstram que ela já foi subdividida, peças de metal recolhidas durante sua última grande reforma (1984-1988) e a espada de Dom Pedro II, doada ao dono do casarão na passagem do Imperador por São José no ano de 1845.

Já no pátio externo do museu, há uma visão ampla do pátio do sobrado, onde possivelmente estava a senzala por anos, mas não há qualquer registro documental de tal. É discutível a falta de qualquer registro de senzala, por ser uma casa grande e de família rica – desde a construção da casa havia mão de obra escrava, além dos documentos de compra e venda de escravos nos arquivos da família Ferreira de Melo que estão sob posse do museu.

Ainda no pátio está exposto o engenho de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar, peça adquirida a valor monetário no ano de 2013. O mesmo ficava localizado no município de Antônio Carlos/SC. Lá originalmente era movida a água. Nesta mesma compra foi adquirido um carro de boi, que compõe o conjunto expositivo na parte externa (Figura 13).

Figura 13- Engenho de açúcar.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Tratando especificamente do Museu Histórico Municipal de São José, mas em um pensamento mais geral como escreve Francisco Régis Lopes Ramos, na sua obra *A Danação do Objeto, o Museu e o Ensino de História*:

A questão é essa: o tipo de saber a que o museu induz não se desenvolve em outros lugares, e tal lacuna deixa o estudante (ou o visitante) quase desprovido de meios para interpretar as nuances da linguagem museológica. Nesse caso, o envolvimento entre o que é dado à visão e quem vê necessita de atividades preparatórias, com o intuito de sensibilizar aquele que vai ver. Do contrário, não se vê, ou pouco se vê. E por isso que a visita ao museu deve começar na sala de aula, com atividades lúdicas que utilizem materiais do cotidiano, como indícios de práticas que se fazem nas relações sociais. (RAMOS, 2004, p.21).

A citação de Ramos traz indagações que são pertinentes ao caso do Museu Histórico de São José, seu acervo, sua expografia e seu discurso museal, e ao projeto didático que acontece com as turmas que o visitam, principal objeto de pesquisa deste trabalho. Que tipo de saber ele induz? E que tipo de novos olhares e saberes ele permite?

Observando a estrutura e o acervo presentes no museu analisado neste trabalho, pelo viés proposto a seguir por Canclini, está presente a política patrimonial com intenções, prescrições, mas também permissiva a outros olhares:

[...] o museu e qualquer política patrimonial tratam os objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mais que os exibir, tornam inteligíveis as relações entre eles, propõem hipóteses sobre o que significam para nós que hoje os vemos ou evocamos. (CANCLINI, 1998, p. 202).

Assim, mesmo não sendo o foco da discussão da dissertação, mas para fins de contexto, observo este movimento de patrimonialização e exaltação de uma memória, para o discurso construído na cidade, apresentando a identidade municipal através dos tombamentos. Em questão, os principais e primeiros prédios patrimonializados no município são o Solar Ferreira, tombado pelo decreto estadual nº 26.608, de 15 de julho de 1986, e a Igreja Matriz de São José, tombada pelo decreto Estadual nº 2.989, de 25 de junho de 1998.

A cidade pode e deve ser revista e revisitada de novas maneiras, por novos olhares e pensamentos. Como um trabalho que pesquisa e propõe um “produto” sobre a educação patrimonial a partir do Museu Histórico Municipal de São José, articulando uma nova forma de apresentar a narrativa construída da cidade, o diálogo do MHMSJ com o Ensino de História está no projeto “Conhecer São José”, que será explorado no capítulo seguinte e que traz para a instituição narrativas mais acessíveis para as escolas. O museu é uma instituição que é construída historicamente e adota discursos e posturas sobre os objetos que guarda, mas os discursos são adaptados.

O espaço museal é um local de desconstruções e críticas sociais, com a adaptação do discurso para cada público direcionado. Essas narrativas são lidas através da problematização dos fatos que são representados no acervo do museu, como relações de poder, cultura e identidades. Como exemplo, no acervo tem a galeria de prefeitos do município em que não há nenhum negro e uma mulher apenas depois da década de 2010. A máxima é de homem, branco e de classe média. A memória coletiva não problematiza narrativas como esta.

Segundo Miranda e Siman (2013), a memória está atrelada a aspectos e imagens dos espaços, contudo a cidade torna a história tangível com o passar dos tempos, fazendo uma mediação com a narrativa entre diferentes tempos. A cidade mexe com os seus habitantes e estes mexem com a cidade. Estas continuidades e descontinuidades podem e devem estar presentes em um projeto de Ensino de História que conecte cidade, museu e ensino, por mais que o foco seja o museu:

[...] a cidade hoje – e também no passado – vem afetando a vida das pessoas por meio do engendramento contínuo de problemas e desafios que vêm sendo enfrentados, de modo distinto a cada contexto histórico, pelas diferentes pessoas no tempo vivido – sempre contemporâneo – de suas cotidianidades. (MIRANDA& BLANCH, 2013, p. 60).

A união da comunidade com os espaços históricos é essencial para a compreensão dos contextos históricos. E conforme citado neste capítulo, começar com turmas escolares em salas de aula é uma forma de apresentar esse espaço. Observando tal necessidade, a pesquisa deste trabalho segue analisando o uso do espaço museal e a escola como forma de educação patrimonial.

Segundo Chicarelli e Romeiro (2014), o museu é um ambiente de memória coletiva e também de formação de ideias, que carrega o estigma de lugar de coisas antigas. Contudo, seu papel dentro da comunidade é exatamente o oposto, lugar sócio cultural, histórico e político da comunidade. Como ambiente de investigação, deve ser problematizado durante as visitas, principalmente museus como o analisado neste trabalho, que segue uma visão positivista e focada em fatos e dados.

O principal teórico em que esta pesquisa foi embasada é Francisco Régis Lopes Ramos, com a obra *A danação do objeto: o museu no ensino de História* (2004). Em seu texto destaca o conteúdo gerado dentro do espaço museal, como não pode ser produzido igualmente fora desse ambiente, tendo em vista que ali o relógio não tem o mesmo sentido e uso que em outro lugar (RAMOS, 2004). A busca da comunidade pelo estudo do passado em ambientes como o museu é essencial para a interpretação de tal através dos objetos expostos em vitrines e expositores, com uma reflexão mais aprofundada.

Ramos, afirma a necessidade de capacitar os professores que visitam o museu com suas turmas para que cheguem com um olhar voltado para tal reflexão sobre o ambiente e os objetos ali presentes, buscando apresentar antes e depois da saída a campo. As interdisciplinaridades dos museus induzem um aproveitamento geral da visita, normalmente adaptada para a turma em questão.

O projeto “Conhecer São José” conta com um material detalhado de explicação sobre o museu e o trajeto, além de algumas propostas de atividades para os docentes aplicarem em sala. Uma base bibliográfica para os professores e professoras do ensino regular, a fim de auxiliar na organização de um plano de aula. A necessidade de um material para os docentes partiu da observação da falta de

planejamento nos anos anteriores do projeto “Conhecer São José”, o que resultava em um simples passeio pelas turmas e não em uma saída a campo. Os projetos pedagógicos e de educação patrimonial presentes na instituição serão explorados no segundo capítulo, ampliando a análise do espaço museal como um ambiente social e cultural.

O museu é um lugar de pesquisa, mas também de ensino instintivo, onde o aluno se aproxima do que parece tão distante e lúdico em sala de aula. Assim, tem a oportunidade de ter reflexões e análises não possíveis nem disponíveis no seu cotidiano. Sob a perspectiva de “alfabetização cultural”, o museu e a educação patrimonial são meios de ensino, conforme o objetivo do projeto que é analisado e colocado em prática nessa pesquisa.

3 A DINÂMICA EDUCATIVA DO MUSEU

Os museus são espaços onde o que foi produzido pela comunidade e tem valor cultural, histórico, social ou político é preservado. Configuram-se, então, como lugares para preservar a memória e retratar a produção de saberes em determinado período, carregando em si um conjunto de objetos que são símbolos que demarcam um tempo. Nesta memória social, o indivíduo e a sociedade se identificam através dos significados destes objetos.

A representatividade das práticas, técnicas e saberes nos museus foram se transformando no decorrer do tempo, afinal, a cultura não está parada e flui de acordo com o passar dos anos. O museu também é um espaço de ensino no qual há algum tipo de aprendizagem, mas é um espaço de ensino não formal, não porque lhe falta algo, mas pela sua especificidade.

Direta ou indiretamente, tais práticas didáticas seguem o viés de educação patrimonial, que será apresentada no resultado final deste trabalho. Entre os autores utilizados para a bibliografia está o já citado Francisco Régis Lopes Ramos, com o argumento sobre alunos utilizando o museu como sala de aula e a relação com a comunidade. O autor problematiza o uso dos objetos como meio de ensino dos sujeitos, abordando o plano político pedagógico e as ações educativas da instituição estudada. Ramos articula a educação museal tanto para os visitantes do cotidiano quanto para os alunos, o principal público atualmente.

Com a criação do Museu Histórico Municipal de São José na década de 1980, o mesmo ficou vinculado à Secretária de Educação e Cultura, estabelecendo um quadro de professores desta pasta. A vivência destes profissionais era em sala de aula e não em instituição museal, fazendo com que o começo da trajetória do MHMSJ fosse desenvolvido com educadores, na sua maioria.

No começo da década de 2000, é notável a criação dos órgãos que passam a regular os trabalhos dos museus, como o Departamento de Museus e Centros Culturais de 2003,⁶ posteriormente o Instituto Brasileiro de Museus,⁷ fruto de um movimento de valorização da atividade de Museus e Centros Culturais. Algo que ficou parado com grandes intervalos de tempos desde a criação de órgãos como na década de 1930, o Curso de Museus (1932), a Inspetoria de Monumentos Nacionais

⁶ Política Nacional de Museus – Relatório de Gestão 2003/2006.

⁷ Lei 11.906/2009.

(1934) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – criado em 1936 e regulamentado no início de 1937.⁸ Passado um longo período, a outra nova grande legislação que vem a tocar no campo da Museologia, é a Lei 7.287/1984, de 18 de dezembro, que regulamenta a profissão de museólogo.

O Museu Histórico Municipal de São José é inserido nesse contexto de organizações em prol dos museus e da cultura. O mesmo entra em atividade em 1988, mas só vem passar a existir juridicamente em 1997, com a Lei 3.024, de 12 de junho de 1997. Assim, somente com estas novas políticas públicas do setor museal, a partir dos anos 2000 é que o MHMSJ vai buscar encaixar-se dentro de um novo cenário.

Como consequência do ato são elaborados dois documentos – um projeto para setor educativo do museu no ano de 2004 e um Plano Político Pedagógico, de 2006. Ambos os documentos têm pontos entre educação e museologia – na formação dos elaboradores do documento e com a educação museal – a pretensão desta escrita nos anos de 2004 e 2006. No ano de 2004, por questões mais políticas do que profissionais, educativas, museológica e/ou de outra área do conhecimento, o museu contava com uma grande equipe, listadas no documento deste projeto do setor pedagógico do museu, germe do PPP de dois anos à frente.

O Museu Histórico Municipal de São José passou a ter um plano museológico, por obrigação da lei federal. O único plano museológico do museu é de setembro de 2010, com uma breve leitura questões interessantes sobressaem. Primeiramente, o plano museológico não tem uma grande relevância para questões de ensino, assim sendo, tampouco para o ensino de História. Não vem a preconizar um setor educativo ao museu como uma presença indispensável.

Elaborado por uma museóloga externa, feito como exigência do Ibram, fica explícito que o documento não foi relevado pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Desenvolvido por burocracia e não para ser posto em prática. Estabelecendo a organização museal, visão e metas de curto e longo prazo, pouco é visto no plano sobre as salas e exposições.

Enquanto o PPP produzido pela equipe de trabalho do museu à época, em 2006, é um anseio na perspectiva de uma educação, um olhar para esta demanda dos museus. Um misto de educação, educação museal e educação patrimonial. De

⁸ Política Nacional de Museus – Relatório de Gestão 2003/2006, p. 10.

tudo um pouco, sem ser preciso em nenhum deles. Todavia, vem a nortear futuras ações que geram lei e projetos para a execução da Fundação de Cultura e Turismo, tendo o museu como um dos seus protagonistas.

3.1 MUSEU E SEU HISTÓRICO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Os museus têm como base o tripé de musealização: pesquisa, salvaguarda e difusão. A escola tem como fundamentos o ensino, a convivência e a formação. São instituições que vivem à parte e têm funções distintas dentro da comunidade. Não são complementares, nem concorrentes, mas têm momentos de encontro, como na educação patrimonial – principalmente com as aulas a campo. A escola se desloca do ambiente de costume de sala de aula e vai até o museu.

Com o museu já na estrutura da pasta da FMCT, e a partir do documento do setor educativo do museu é amplificado, foi criado o PPP. Na ausência do plano museológico, que veio somente por exigência de lei federal, o PPP demarca que o museu que foi criado e gerido pela Secretária de Educação, não poderia perder sua função educativa, por isso um Plano Político Pedagógico, em uma inspiração das escolas formais, demonstrando a vocação do MHMSJ para a educação, para o ensino, para a formação do cidadão josefense.

Foi desenvolvido por profissionais da vivência do museu, de levar o museu a ser mais atrativo à clientela educacional do município. Onde o pensamento de Francisco Ramos corrobora, o museu é um ambiente de pesquisa e aula, de produção do saber, mas está sempre aberto à interpretação de certos critérios. O espaço museal não deve apenas contar a história dos objetos que estão ali expostos, e sim apresentar aos alunos que o visitam que cada objeto pode contar a história de diversas formas, sempre ressignificando. Que tanto é uma lei, um projeto educacional e cultural. Um verdadeiro encontro entre a educação formal e não formal, educação patrimonial e histórica.

O documento do setor educativo e posteriormente o do PPP vem trabalhar o cenário de visita do MHMSJ na época. O foco estava nas exposições temporárias que o mesmo recebia, o que chamava o público para o museu. Contudo, o MHMSJ sofria e ainda sofre com a dinâmica de sua exposição de longa duração, a composição de seu acervo. Que muito tem de institucional, e muito de lançamentos esporádicos populares. Com pessoas que, ao perderem um ente, ou se

desfazem de algo, veemno museu um local de salva guarda de seus bens, que lhes parecem ser de interesse da cidade e de sua população.

Ulpiano B. de Meneses aborda este tema dos museus de cidade, onde o Museu Histórico Municipal de São José bem se encaixa. Museu inaugurado em 1988, criado oficialmente por lei em 1997, e somente com seu Plano Museológico de 2010 tem clara uma política de aquisição de acervo, que mesmo assim, não é plenamente posta em prática. Ulpiano (1994) coloca o exemplo de um museu de uma cidade que prefere topologicamente expor seu acervo, de tal forma que suas mudanças alteram a projeção dos significados sobre a organização da sociedade e sua identidade.

Estas exposições temporárias, acima citadas, ofereciam oficinas, o que atrai o público estudantil. Inclusive foi em uma delas, referente a Oswaldo Cruz, no ano de 2004, que tive meu primeiro contato com o MHMSJ - em visita junto com a turma da sexta série do Centro Educacional Municipal Antônio Francisco Machado. As peculiaridades desta visita estão em que o senhor Antônio Francisco Machado, que batiza a escola, foi o primeiro diretor do MHMSJ. A rua onde se localizava a escola no bairro de Forquilha, em São José, chamava-se à época Oswaldo Cruz. E eu, que tão somente acompanhei a visita, pois o foco da mesma era a exposição temporária que tratava de conteúdos da disciplina escolar de Ciências, viria a trabalhar neste museu.

Neste exemplo, da exposição sobre a figura de Oswaldo Cruz, estava retratada a tendência de educação museal do MHMSJ. Uma exposição temporária, com tempo determinado que gerasse público visitante. Foi desta forma que eu mesmo visitei o museu da cidade pela primeira vez. Todavia, nos documentos do setor educativo e posteriormente no PPP do museu, existiam avanços que davam indícios de novas modalidades de atuação. Tanto no campo da educação museal, assim como no campo da educação patrimonial.

A autora Magaly Cabral aborda a junção que os museus fazem, e que no seu PPP o MHMSJ apresenta como uma de suas vertentes à época:

Assim, a mesma definição adotada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan poderia ser adotada pela Coordenação de Museologia Social e Educação do Ibram para a Educação em Museus, ou Educação Museal: quando, no museu, profissionais do museu com profissionais do museu e profissionais do museu com usuários do museu, nos reunimos para construir e dividir novos conhecimentos, quando investigamos para

conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, então estamos falando de Educação Museal. (CABRAL, 2012, p. 41).

Existe uma disputa de campo, um conceito de Pierre Bourdieu (2004), entre várias vertentes do conhecimento e do ensino dentro dos museus. Mario Chagas (2009) vem apresentar isso, a tensão existente é nítida, no entanto ela não fica muito clara nestes documentos próprios do MHMSJ, tendo em vista que o mesmo quer dar referências de conhecimento e pertencimentos dos museus. Estando ele próprio incluso em diversos destes campos. Mas já entre as prescrições referentes ao Projeto “Conhecer São José” as tensões ficam mais claras.

Para Chagas (2009), no campo museal e no domínio patrimonial – que estão na linha tênue entre ser instrumentos de mediação e espaços de negociação – o espaço museal deve compreender as dinâmicas sociais atreladas ao domínio do patrimônio cultural e memória. Esta parte do pensamento de Chagas ecoa não somente aos museus e aos documentos aqui nesta seção tratados, mas também à dinâmica que o Projeto “Conhecer São José” demonstra. Apresentando vários campos juntos, não dá a nenhum deles a primazia, só os tenciona mais, nas áreas da educação, história, memória, cultura e patrimônio.

Nestas prescrições não encontramos respostas. As estratégias não dão conta, a descoberta advém da prática, no campo da fala a liderança surge. E no tocante à ação educativa, temos a seguinte definição:

Procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades. Pode estar voltada para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando em doutrinação e domesticação, ou para a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Neste caso, deve ser entendida como uma ação cultural, que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida dessa maneira, a ação educativa nos museus promove sempre benefício para a sociedade, em última instância, o papel social dos museus. (COSTA; WAZENKESKI, 2015, p. 65).

Existe uma dicotomia apresentada no tocante à educação museal e à educação patrimonial que se aproveita das aulas-passeio, que tange a educação formal e não formal. Esta deixa os museus em uma posição de inferioridade, como nos propõe Isla A. Pereira de Matos (2014), cujo conceito empregado implica que os museus são de forma hierárquica menor que as instituições de ensino por serem

caracterizados como lugares de passeio. Sendo assim, não são legitimados como lugares de construção de saberes.

Segundo Helena Maria Marques Araújo (2007), nos últimos anos passou a ser demonstrado que os museus são buscados como locais de produção de conhecimento. As pesquisas analisam tais processos como o desenvolvimento do ensino em perspectivas sobre recontextualização didática, sendo o espaço museal não apenas histórico, mas produtor de saberes que são muito próprios do ambiente.

Tratando-se de um museu histórico, mesmo nos termos desta dissertação, de um projeto de ensino – que discutiremos ser um projeto de ensino de História ou não –, pode ser observado no pensamento de Ulpiano de Meneses (1994), um caminho de encontro entre história, museu e ensino. O autor indica que a História não é algo exato, vive das variações e perspectivas, mas a História ensina a forma de fazer tal. Portanto os museus são espaços de ensinar a fazer História, analisando as memórias como componentes da vida social.

É importante compreender a memória local, familiar e individual para entender o patrimônio cultural em si. É necessário que os alunos no processo de conhecimento identifiquem o significado de cada cultura e a historicidade de tal. Compreendendo a história e os patrimônios culturais desde o nome da rua, do bairro, até os monumentos, fazendo ligações materiais e imateriais na História.

Esta interação entre o ensino de História e a Educação Patrimonial tinha uma pretensão dada no PPP do MHMSJ, que mais a frente chegaria à constituição da lei que abrange o projeto “Conhecer São José”. Mesmo que na lei não venha a prescrição da questão do ensino de História existe um viés que fica posto.

O ensino de História pode ser analisado no Museu Histórico Municipal de São José entre o acervo que é apresentado no percurso e o que não está na narrativa do mesmo e que precisa ser problematizado. Ricardo de Aguiar Pacheco (2012) chama a atenção do envolvimento entre escola e museu, defendendo tal interação entre esses dois espaços que não devem apenas se envolver com a história específica, ampliando assim cada vez mais conceitos e procedimentos de pesquisas históricas. De forma que os museus não se tornam só um lugar de passeio, mas um ambiente de memória da sociedade.

Retornando ao fenômeno das visitas escolares aos museus, que devem ser amplificados e pesquisados, como em São José, Dutra (2012) afirma que o encontro das escolas e dos museus compõe um fenômeno pedagógico. O uso do espaço

museal como método de ensino de História auxilia na forma com que os alunos compreendem não só um conteúdo interdisciplinar, mas a educação patrimonial na prática. Segundo Ramos (2004), o contato com os prédios tombados e com o ambiente auxilia de forma mais intensa, possibilitando assim novas ligações em diferentes concepções para os alunos que visitam aquele espaço e observam os objetos.

Deveria acontecer uma parceria entre as instituições educacionais e os museus, lugares que produzem saberes de formas distintas e se complementam de maneira didática. O que é visto na escola pode ser trabalhado no museu e vice-versa. O conhecimento histórico deveria circular nas visitas, nas falas, nos materiais impressos, nas produções subsequentes dos alunos, às quais o museu deveria ter acesso. Chama a atenção também o centro histórico da cidade, que em 2004 era trabalhado em parceria com a Casa de Cultura do município. Mas já está descrito o germe do que mais tarde tornar-se-ia a Lei nº 5.101 e suas execuções nos Projetos “Redescobrimo São José” e o atual “Conhecer São José”.

Desta questão vinha toda a organização do pessoal do museu, da equipe do setor educativo, mas por falta de pessoal, este setor nunca foi estruturado, todos faziam tudo. As preferências do monitoramento da visitação interna ao museu e prioritariamente ao centro histórico ficavam por conta de um historiador de formação e/ou estudante de graduação em História. Se a ideia da escola fosse somente a visitação interna, havia tempo de aplicar um dos jogos da ação educativa que o museu tinha, tais como: jogo da memória com figuras do acervo, caça palavras, desenhos, entre outros. Mas se a ideia incluía o centro histórico, este tempo da aplicação de uma ação educativa não era possível.

Apresentar museu e Centro Histórico como partes integrantes de um conjunto patrimonial educativo da cidade, gera a futura lei nº 5.101 e o Projeto “Conhecer São José” propriamente dito. A saber que seus futuros coordenadores passaram pelas fileiras do MHMSJ entre os anos de 2004 e 2006, momentos da elaboração do projeto do setor educativo (2004) e do PPP (2006).

Assim o que fora outrora uma estratégia de legitimação do museu, e de seus funcionários, quer seja efetivo ou comissionado, valeu como tática para que uma legislação prescritiva viesse a surgir. As situações vão e voltam, as táticas tornam-se estratégias, assim como as estratégias tornam-se táticas. Ficou o museu e sua

antecedência, o museu e sua prevalência, no tocante ao Projeto “Conhecer São José”, no tocante ao referencial histórico para a cidade.

3.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Antes de explanar sobre a educação patrimonial no projeto “Conhecer São José” e sobre os patrimônios imateriais municipais, é importante apresentar a discussão bibliográfica sobre patrimônios históricos e culturais de forma geral para fins de contextualização.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, entende como patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).

O texto lista o conjunto de bens possíveis de serem tombados e constitui o que pode ser patrimônio cultural brasileiro. Prevê a aplicação desse artigo para a integridade física e direito à propriedade, e por muito tempo foi a única legislação desse tipo em todo o território nacional.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Patrimônio Histórico de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Assim representa os bens materiais, imateriais ou naturais

que possuem importância na história de determinada sociedade ou comunidade. Esses bens foram desenvolvidos pela sociedade com o passar dos anos e reúnem um conjunto de manifestações que carregam aspectos simbólicos.

Para Maria Cecília de Fonseca (2003), Patrimônio Histórico e Artístico é um conjunto de monumentos, locais onde eventos importantes para a comunidade ocorreram, registrados em documentos e narrativas. A política de patrimônio está afastada, na maior parte das vezes, das diversidades culturais e étnicas, por ser uma política conduzida pelo poder público.

O Estado impõe uma narrativa de poder e elitismo, visto que por vezes a minoria não tem mais grandes registros. Em São José, por exemplo, há o Beco da Carioca, que pode ser visto como um lugar de resistência, lugar das lavadeiras escravizadas e libertas da região. Mas é uma exceção frente aos outros espaços tombados como patrimônio, como Visani (2018) defende em sua dissertação já citada no texto.

Esses espaços que se tornam patrimônio cultural são o que Pierre Nora utiliza sob a expressão “lugares de memória”. Essa expressão descreve certos espaços e temporalidades que acabam sendo vistos como sagrados para conjuntos de pessoas na sociedade. São espaços que fazem parte da memória coletiva de uma parte da comunidade em questão, de um passado comum e da identidade social que fez com que os indivíduos se sintam parte daquele lugar.

O processo de patrimonialização é o ato de tornar o patrimônio cultural e histórico, sendo material ou imaterial, uma integração no conjunto de bens que compõe a memória coletiva (CRUZ, 2012). Os patrimônios materiais e imateriais, quando assumidos pelas instituições de salvaguarda, começam a passar pelos processos de patrimonialização. O patrimônio se torna centro de uma memória comunitária e é inserido ao contexto de produção.

O turismo se utiliza da patrimonialização como meio de propaganda local. Por exemplo, a Festa do Divino Espírito Santo passou pelo processo de patrimonialização antes ainda de ser patrimônio imaterial, como forma de manifestação cultural da comunidade. A relevância histórica do local ou artefato, mesmo no passado distante, promove sentimentos de pertencimento por compor um fato que concretiza o presente da comunidade. Em busca dessa coesão na memória coletiva é que as cidades escrevem e reescrevem suas histórias a partir dos

fragmentos, conforme Sandra Pesavento (2007) destaca como uma imersão no passado.

Seguindo tal pensamento, o estudo do patrimônio salienta a valorização do que é comum para um grupo em questão em seu tempo e espaço. Há três formas de caracterizar um tombamento ou registro: ser pertencente à natureza, envolvido com meio ambiente; ser conhecimento técnico, saber fazer, expressão em forma de arte ou festa, patrimônio imaterial, que não pode ser tocado; e ser patrimônio histórico material como construções e artefatos, o que é palpável.

A melhor forma de transformar o que é patrimônio no ensino é através da educação patrimonial. Definido pelo IPHAN, em uma publicação sobre conceitos e processos, a educação patrimonial são processos educacionais formais ou não que têm como foco o Patrimônio Cultural, como um meio de compreensão sócio-histórica das referências culturais para o reconhecimento, a valorização e a preservação. A ser mais explorado no decorrer dos capítulos.

3.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial é um meio de construção da cidadania que educa com o contato direto com a fonte primária, podendo ser até um instrumento de “alfabetização cultural”. O contato com o patrimônio auxilia na compreensão da leitura da sociedade que rodeia a cultura em que se está inserido, valorizando os aspectos que caracterizam a sociedade e o local na vida da comunidade. Essa prática é um enriquecimento do conhecimento individual, coletivo e institucional.

Há um fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, uma melhor percepção do espaço cultural pela população. A educação patrimonial além de revelar identidades, mudanças e questionamentos, dá uso pela comunidade que detém a responsabilidade de manter a conservação do patrimônio tanto no aspecto intelectual do objeto quanto no afetivo que se transforma em bem da comunidade.

O patrimônio cultural imaterial é recente no campo patrimonial nas políticas institucionais. Previsto na Constituição de 1988, no artigo 216, o patrimônio é reconhecido como bens de natureza material e imaterial, mas, em 2000, pelo decreto nº 3551, é criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, abrangendo o conceito de patrimônio, dando maior representatividade a grupos que não têm edifícios que representem sua cultura.

A legislação referente a bens imateriais é a lei 0086/2012, o que é recente em uma linha do tempo da patrimonialização. Até então existia proteção patrimonial apenas para os bens materiais, os patrimônios de “pedra e cal” (VISANI, 2018), como o Teatro, Casa da Câmara, e demais casarios da cidade.

Por ser uma política cultural recente no município de São José, não é amplamente conhecida e discutida. A tática de usar o patrimônio cultural imaterial como um roteiro possível no MHMSJ, cria uma relação entre patrimônio e a disciplina de História, conscientiza e amplia a reflexão sobre a identidade cultural local. A educação patrimonial faz parte da identidade cultural dos sujeitos e da construção da comunidade; está na memória da comunidade (MEDEIROS; SURYA, 2009).

A Educação Patrimonial chegou ao Brasil em meio a importantes debates acerca da necessidade de investigar o conhecimento e a preservação do Patrimônio Histórico-cultural no começo da década de 1980, quando iniciou, efetivamente, as ações de Educação Patrimonial por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A Educação Patrimonial trata-se de um processo de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. Sob essa ótica é que a política de Educação Patrimonial foi instituída pelo IPHAN, e tem como principais objetivos provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, com o conhecimento apropriado, fundamentar, junto aos estudantes, diferentes análises.

A publicação do IPHAN, citada anteriormente, é um guia para os estudos sobre patrimônio, mas foi uma apropriação dos autores e de órgãos específicos. É utilizado como referência do assunto no âmbito da educação patrimonial, mas não é necessariamente o ponto de vista dos autores que o citam, como neste trabalho.

Pensando em um desenlace, do ensino de História praticado no projeto “Conhecer São José”, o qual se utiliza também do espaço e do acervo do museu, esta dissertação propõe um roteiro diferenciado para uso da comunidade escolar, junto ao museu, de maneira exclusiva. Visitas guiadas onde o foco seja de forma exclusiva o Museu Histórico Municipal de São José e seu acervo. Pensando nos roteiros que já existem no museu, esta dissertação apresenta um projeto baseado em educação patrimonial imaterial. Uma proposta nova, mas sem deixar o tripé

Ensino de História, Educação Patrimonial e Museologia fora de contexto, e sim protagonistas do processo.

Assim, retomando o pensamento sobre educação patrimonial, Helena Pinto (2015) propõe que o uso do patrimônio tem um papel essencial no domínio da educação histórica e na sensibilização da consciência patrimonial. Influência na identidade dos sujeitos envolvidos, em seus pensamentos e consciência histórica, sendo base para a fundamentação das comunidades, caracteriza o presente pela história local e global. Proporciona descobertas, ressignificações de peças, objetos, acervos e até mesmo discursos, fabricados no museu, pelo museu com seus guias e atendentes, e porque não dos próprios professores e alunos que passaram por esses novos roteiros. Por isso, faz-se necessário um sistema de apresentação prévia aos professores e de devolutiva dos alunos, algo que fique nas escolas, mas que também seja remetido ao museu, a fim de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem e de aperfeiçoar a dinâmica montada nestes novos roteiros.

Onde estes momentos que se circunscrevem com as visitas guiadas, o prévio na escola, a visita em si e a retomada em sala de aula, venham a colaborar com o novo olhar do aluno ao museu, aos objetos, ao próprio passado da cidade e dele mesmo. Sob a afirmação de Ramos, de que conhecer o passado de uma forma crítica é um meio de viver o atual momento como instável por suas mudanças, a relação do museu com seus objetos ganha substâncias educativas com essa ideia de ressignificar os objetos, como, por exemplo, transformando a forma de uso de um relógio: não mais para ver as horas, mas como o registro de um período onde se usava ele na sala da Câmara de Vereadores.

O museu como este lugar de visibilidade de mudanças, de acréscimos, de desaparecimentos. Como citou Ramos (2004): o museu ganha substância educativa. O objeto com sua historicidade é importante no trabalho pedagógico com o objeto gerador, pois sugere o uso das várias opções de relações entre o objeto e o sujeito. Faz-se necessário um novo olhar para o museu, para os objetos e para o ensino de História. É preciso avançar, alargar as condições de trabalho e estudo. Os objetos em si, textura, cor, volume, cheiro, não são possíveis em museus, mas são muito úteis para o reconhecimento através das sensações. Segundo Ramos (2004), os objetos carregam suas historicidades através de suas experiências.

O intuito desse roteiro é que também seja útil e aplicado ao Museu Histórico Municipal de São José, local em que foi explorado e analisado para tal, história da

rede municipal, mas de todos os que porventura vierem a frequentar o museu. Para Ramos (2004), os objetos são entendidos como meios de criar espaços e se fazendo o mesmo espaço. Creio que o que vale ao historiador na assertiva de Ramos, valerá ao aluno nesta perspectiva do uso do museu como cenário à educação histórica, na formação de um pensamento histórico questionador e não apenas observador.

Vencendo este estigma apresentado por Gonçalves (2007), passando a ser mais otimista e empírico com os museus, sendo esses ambientes sacros, com a ideia de ambiente intelectual e a ser apreciado. Essa visão insere o museu em um lugar erudito, pouco visitado por pessoas comuns da comunidade como um espaço aberto. Uma forma de lazer um pouco diferente da comum, onde ler e estudar estão envolvidos, além de muita atenção para compreender.

Seguindo pela obra de Ulpiano Meneses (1994), que o MHMSJ possa ser mais do povo, e conseqüentemente dos alunos, do que de um certo Status Quo Josefense, se é que existe e que o museu o venha a transmitir. Meneses (1994) acredita que a educação está dentro dos museus, e por vezes é um dos seus principais visitantes, deixando de ter o aspecto elitista e intelectualizado. Que o bom uso dos museus possa vir o quanto antes, mesmo em tempos tão sombrios neste país a partir de 2016, ficando mais complicado e de espessa cobertura conservadora, no pior sentido da palavra, desde 2019 com a entrada deste governo autoritário.

3.3.1 Conhecendo São José através do Patrimônio Imaterial

Os bens culturais imateriais remetem ao que não se materializa em produtos duráveis. Para Fonseca (2009), por mais que seja intangível, não podemos vê-los apenas como algo abstrato. É necessário um suporte físico equilibrando a dimensão material e simbólica. Ao ilustrar a teoria sobre patrimônio imaterial, por parecer tão distante, os exemplos apresentam da melhor forma como realmente é na prática da comunidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (PORTAL IPHAN, [s.d]).

Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

O roteiro proposto para a conclusão da pesquisa de mestrado pelo ProfHistória é, portanto, estruturar uma visão para as manifestações culturais intangíveis da cidade de São José, protegidas pela lei 0086/2012. Os registros imateriais são feitos na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, e o Museu Histórico tem acesso aos dossiês e documentos para tal.

A política de patrimônio imaterial da cidade é pouco conhecida e até mal compreendida, tendo em vista a falta de esclarecimento de porque as manifestações são registradas. Sendo assim, pensa-se em uma saída de campo voltada para os patrimônios imateriais, que atualmente são: a Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José (Livro de Ritos e Celebrações - 01/2014), a Procissão do Senhor dos Passos da Irmandade Nosso Senhor dos Passos (Livro de Ritos e Celebrações - 04/2016), o Fazer do Oleiro (Livro de Ritos e Celebrações - 02/2015) e a Sociedade Musical União Josefense (Livro de Forma de expressão - 03/2015).

No tocante a possível roteiro, é importante pensar em primeiro abrir o debate com os professores que do museu e deste material vierem a fazer uso. Trazendo a relevância deste espaço e da temática da história de São José através do museu, de seu acervo, de seus objetos, dando vida a esta dinâmica, conforme afirma Fonseca (2003), é que a história é formativa, e quando ensinada aos sujeitos, tem uma importante função na vida social e na construção da democracia e cidadania. Segundo Fonseca, ao pensar como os processos que fizeram tais construções foram desenvolvidos por sociedades em diferentes espaço e tempos, o museu pode ser um lugar de acesso às fontes e às ideias produzidas pelo ser humano, onde os objetos podem suscitar novas perguntas e experiências.

Cainelli (2012) afirma que o intuito de aprender História é exatamente discutir evidências dialogando com diferentes sujeitos e realidades para desenvolver hipóteses entre tempos e espaços históricos, olhando para as experiências de

outras pessoas através do tempo. E de tal forma elaborar um raciocínio sobre patrimônio imaterial e as experiências que fizeram com que tais manifestações culturais fossem registradas por suas importâncias na identidade cultural municipal.

As três manifestações culturais que são registradas pela FMCT, escolhidas para a criação do roteiro, como citado antes, são: Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José, Procissão do Senhor dos Passos da Irmandade, e o Fazer do Oleiro.

3.3.1.1 Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José

A primeira manifestação cultural registrada é uma festa que faz referência à colonização açoriana no litoral catarinense. Uma comemoração de data móvel, acontece cerca de 30/40 dias depois da Páscoa e é realizada pela Paróquia de São José. A importância da Paróquia de São José e da sua festa faz referência à sua história, pois com seus 270 anos é a mais antiga da cidade. Sendo assim, a cidade se desenvolveu em volta da igreja, tendo a religiosidade não só como um lugar de espiritualidade, mas também um espaço social.

Segundo Nunes (2007), a Festa do Divino é conhecida pela promessa da Rainha Isabel, hoje santa da Igreja Católica, na primeira metade do século XIV. Por conta de uma disputa entre pai e filho, promete uma festa para promover os dons do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade, com uma corte dedicada a tal para mostrar que não tem necessidade de ser de linhagem nobre para ser imperador e imperatriz.

Com o tempo a festa se popularizou com seus grandes banquetes e momento de compartilhar com a comunidade. Os festejos tornaram-se populares nos Açores e demais colônias portuguesas. Com a vinda dos açorianos para Santa Catarina, tornou-se muito comum na região. Dados registrados em São José contam a festa apenas a partir de 1850, contudo, há indícios de que acontecia antes.

Fernanda Brüggemann dos Santos (2019) analisa esse patrimônio imaterial e sua transformação em identidade cultural municipal após a década de 1970, buscando compreender o momento em que o poder público começa a valorizar as manifestações culturais de base açoriana.

A Festa do Divino tem como principais símbolos a coroa do casal de imperador e imperatriz junto com sua corte, a bandeira que abre caminho para a

corte, anunciando a chegada da festa e o Divino Espírito Santo em forma de pomba. Na figura 14 pode ser observado o casal imperial da 169ª Festa do Divino Espírito Santo, do ano de 2019.

Figura 14 - Casal Imperial da Festa do Divino Espírito Santo.



Fonte: Arquivo pessoal de Fernanda Brüggemann dos Santos.

Na sala 5 do Museu Histórico Municipal de São José o principal tema é religiosidade, usos e costumes. Nesta sala ficam os acervos referentes à Festa do Divino Espírito Santo, junto com as peças da Igreja Matriz, doadas na década de 1980. Para ilustrar essa festa, há os trajes de imperador e da imperatriz da década de 1950 (Figura 15) e itens litúrgicos de decoração com a Coroa e o Espírito Santo (Figuras 16 e 17). Na sala 1 temos a festa representada em acordelabro (Figura 18) – que é a técnica luso-brasileira de representação com argila – com animais, louças de para brincadeiras de crianças, bonecos.

Figura 15 - Trajes imperiais da década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 16- Quadro com a coroa da Festa do Divino.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 17 - Quadro com a pomba do Espírito Santo.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 18 - Figurativo Festa do Divino Espírito Santo.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

3.3.1.2 *Procissão do Senhor dos Passos*

A procissão realizada pela Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos é uma das manifestações registradas através da lei 0086/2012. Acontece no terceiro final de semana da quaresma, sendo assim uma data móvel. A procissão é o encontro das imagens de Jesus e Maria, simulando o encontro na Via Crucis. De tradição católica, os fiéis fazem promessas e seguem as imagens entoando orações e cantos na distância entre a Igreja Matriz de São José e a Igreja da Irmandade, cerca de um quilômetro e meio de distância.

A Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos está presente na Paróquia de São José há cerca de 150 anos, e sua estrutura de irmandade conta atualmente com 1,8 mil fiéis afiliados.⁹ Os “irmãos” da irmandade usam uma opa, uma espécie de capa na cor roxa, sobre uma roupa social. São esses os responsáveis por organizar a procissão, o estandarte que anuncia a passagem da procissão, e o andor do Senhor dos Passos. O andor de Nossa Senhora das Dores é carregado pelas mulheres da irmandade e por fiéis que estão na procissão. Em entrevista concedida à Fundação Municipal de Cultura e Turismo, o atual provedor da Irmandade, seu Ivo Teodoro da Silva, destacou o quão privado e tradicional é a troca das roupas e a arrumação do andor das duas imagens, sendo momentos apenas para mulheres com Nossa Senhora e homens com o Senhor dos Passos.

Junto com os andores tem as pessoas que representam as personalidades bíblicas: João Apóstolo, Maria Madalena, Verônica e as béus. A única personalidade que tem função é Verônica, que canta em latim junto com as béus. O canto em latim pede a atenção a todos que passam pelo lugar para que veja a dor que aquele homem está sentindo no caminho da morte. Fazendo referência à passagem da Via Crucis em que uma mulher, chamada Verônica, enxuga o rosto de Jesus. O canto, então, conta exatamente a ideia de que ela tenta ajudá-lo, e quer que todos observem o momento.

Observando tal manifestação cultural religiosa é importante ressaltar a importância que tais acontecimentos tinham e têm na vida da comunidade envolvida. Buscando no acervo do Museu Histórico Municipal de São José, encontra-se peça

⁹Segundo informação disponibilizada em entrevista via áudio concedida pelo atual provedor, Ivo Teodoro da Silva, disponível no acervo da Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Na mesma data, a entrevistadora (Fernanda Brüggemann) teve acesso ao Código de Conduta dos Irmãos e o Regimento Interno da Irmandade Senhor dos Passos.

do acordelabro representando o momento em que o andor do Senhor dos Passos é carregado por senhores da irmandade, como pode ser observado na figura 19. Na figura 20 é apresentada pelo pintor Cipriano a imagem do Senhor dos Passos. Por fim a figura 21, que apresenta a procissão passando em frente à Igreja Matriz de São José.

Figura 19- Figurativo da Procissão do Encontro do Senhor dos Passos.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 20- Obra de Cipriano representando a imagem do Senhor dos Passos.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 21 - Procissão passando em frente à Igreja Matriz de São José, observando que no canto direito está Verônica cantando na porta da igreja.



Fonte: Acervo de Fernanda Brüggemann dos Santos.

3.3.1.3 Fazer do Oleiro

Por muitos anos a porcelana era algo muito restrito à elite da sociedade. Mas, afinal, como as pessoas mais pobres faziam com os utensílios de cozinha? É nesse momento que a olaria entra. Pratos, copos, panelas, canecas, entre tantas outras formas que o barro é moldado para os usos diários foram utilizados por muitas décadas. E tal ocupação tornou-se um ponto essencial da economia do município por um determinado tempo, conforme cita Gilberto João Machado (2011) em seu livro *São José: o caminho da Ponta de Baixo dos oleiros e das olarias*.

São José já fora conhecida como a "Capital da Louça de Barro". Dizeres estes encontrados no suplemento do jornal *O Estado*, de 31/01/1976 – "São José, 231 anos de fundação" (LIMA, 1998).

Neste trabalho de Maria Aparecida de Lima tem-se um olhar para as olarias e para o fazer do oleiro, tanto com temática da resistência, como também do folclore e do turismo, sendo este último um viés ainda não explorado devidamente pelo poder público municipal.

Não só a olaria de peças utilitárias, os oleiros também produzem o acordelabro, uma técnica figurativa. A técnica figurativa está presente nas formas de representar cenas, momentos, pessoas, como as cenas de Festa do Divino e Procissão dos Passos apresentados nos tópicos acima, assim como nas figuras seguintes.

O "saber fazer" é o modo com que aquilo é confeccionado, uma forma específica de utilizar os instrumentos para que a peça fique do jeito que tradicionalmente era feito naquele lugar ou região. Que é o caso do Fazer do Oleiro em São José, mas que não tem bibliografia teórica que aborde necessariamente este assunto.

O Fazer do Oleiro foi registrado como patrimônio imaterial por sua importância econômica e cultural, além da preocupação de que essa profissão se perdesse com o passar das gerações. Tal ofício é ensinado na Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros, que pertence à Prefeitura Municipal de São José, administrada pela FMCT (Figura 22). Conta apenas com quatro professores, várias turmas de alunos, mas poucos tomam tal ofício como profissão.

Figura 22 - Fachada da Escola Municipal de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros.



Fonte:Acervo da FMCT.

As figuras 23, 24, 25 e 26 apresentam um pouco sobre o ofício, respectivamente: o torno do oleiro, espaço onde o profissional molda a louça utilitária; o oleiro no torno em forma figurativa; um jogo de panelinhas e fogão que era uma espécie de brinquedo para crianças em forma figurativa; louças utilitárias.

Figura 23 - O torno do oleiro, espaço onde o profissional molda a louça utilitária.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 24 - O oleiro no torno em forma figurativa.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 25 - Jogo de panelinhas e fogão que era uma espécie de brinquedo para crianças em forma figurativa.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

Figura 26 - Louças utilitárias.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal de São José. Foto: do autor.

O patrimônio imaterial é uma parte fundamental na estrutura da identidade cultural dos grupos da sociedade. Em São José esses bens culturais intangíveis apresentados são de suma importância para a construção da cidade como unidade, principalmente pela ligação com os imigrantes açorianos que chegaram no século XVIII. Contudo, esse sentido importante de tornar como símbolo municipal foi mais latente após a década de 1970, com o movimento cultural do “açorianismo” no litoral catarinense.

O crescimento da valorização da cultura açoriana omitiu as demais que compõem a identidade cultural, como as contribuições indígenas e negras. Essas contribuições são exploradas da melhor forma no Museu Histórico através do seu acervo (com poucas peças, é verdade) durante os roteiros estabelecidos, para expandir de forma crítica a narrativa que foi construída. Portanto, estas outras contribuições étnicas para a vida da cidade (construção e constituições de sua população e história) devem ser acrescentadas nas falas dos funcionários do museu (os guias das saídas de campo/aula-passeio), bem como na dos professores. Tanto nos porquês das ausências, como na perspectiva de novos olhares para o acervo do museu, na ideia de um museu histórico e na própria narrativa da história da cidade.

O acervo disponível no MHMSJ, que faz referência ao patrimônio imaterial municipal, proporciona ao aluno que visita não apenas uma visão do objeto exposto, mas o significado que ele tem e sua dimensão histórica e cultural. Sob preparo pré-

visita e orientação local, questões e críticas podem tornar o “objeto gerador” (RAMOS, 2016) um “patrimônio gerador”. De forma que a saída a campo disponibiliza a experiência de unir o ensino de História da sala de aula, a educação patrimonial que o museu proporciona e o patrimônio imaterial registrado pelo poder público municipal, representado pelo acervo.

4 MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Este trabalho e a pesquisa resultaram em um material de apoio para professores, afim de auxiliar no estudo e planejamento sobre o tema. Intitulado como *Patrimônio Imaterial através do acervo do Museu Histórico Municipal de São José*, apresenta o Museu Histórico Municipal de São José, suas questões burocráticas e estruturais com os projetos pedagógicos que estão sempre sendo ressignificados. Nesse momento o atual projeto do Museu Histórico Municipal, em parceria com o Arquivo Histórico, “Conhecer São José”, é registrado por lei e será detalhadamente explorado neste capítulo, tendo em vista que é necessário estudá-lo para que o objeto final, que o usa como base, possa ser exibido.

O projeto “Redescobrimdo São José”, de 2012, tem este nome diferente do prescrito na lei nº 5.101, 04 de julho de 2011, para dar a ideia de independência do que a lei sugestiona. Neste cenário, o programa, estava a cargo do setor de projetos da FMCT, contando com um grupo de seis profissionais. O grupo do setor de projetos apresentava-se hábil para prender a atenção deste projeto à sua própria atuação, elaborou uma série de ações não prescritas na lei, inclusive a alteração do nome do projeto, e o colocou em execução.

Nos arquivos da FMCT há um dossiê referente a este período. Neste documento temos um regimento para “Redescobrimdo São José” composto de um capítulo com oito artigos, onde estão as atribuições ao setor de projetos da FMCT. As escolas da rede municipal que tinham prioridade de participar do Redescobrimdo, deviam preencher uma ficha onde era também apresentado um roteiro de visitaçãõ de circuito com tempo pré-determinado para cada local a ser visitado.

Todavia, o ponto de maior relevância neste momento é uma oficina proposta a professores da rede municipal, anterior a todo o processo de aulas-passeio. A estratégia aqui seria ter de antemão um grupo de professores preparados a levar suas turmas ao Centro Histórico de São José, logõ principal da visita. Isso deixaria realmente o caminho de compreensão dos possíveis ocorridos nas aulas-passeio e o que viria a ser produzido na escola mais palpável de execução. O regimento prescrevia uma produçãõ na escola pós-passeio, a que a Fundação tivesse acesso, produzindo uma exposiçãõ destes trabalhos.

Outra prescriçãõ constante no “Redescobrimdo São José”, era a faixa etária e/ou ano escolar a ser atendido. Limitava-se o acesso ao sexto ano do ensino

fundamental, priorizando deste até o nono ano. Esse ponto do regimento é ressaltado pela demanda que a rede municipal atende, em sua maioria até o ensino fundamental. Mas não havia a intenção de incorporar os anos iniciais por conta da dinâmica e estrutura pedagógica do projeto.

Contudo, o grupo de profissionais não conseguiu colocar muitas das suas ideias em prática. A oficina para os professores, por exemplo, ficou apenas no papel, tanto quanto a exposição dos trabalhos a serem produzidos por alunos atingidos pelo projeto.

O ano de 2012 representou uma derrota do grupo político mandatário na eleição à prefeitura da cidade, o que de fato desmantelou o setor de projetos da Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Os funcionários efetivos retornaram aos seus locais de trabalho e os cargos comissionados foram exonerados, desmantelando assim a equipe que realizava o projeto.

Com as mudanças de gestão, os projetos involuntariamente têm mudanças em suas estruturas. Com a ação educativa do Museu Histórico Municipal de São José uma nova dinâmica foi instaurada como projeto pedagógico destinado às escolas públicas e particulares. Seguindo a lei municipal 5.101/2011, renomearam o projeto de “Conhecer São José”, reestruturando alguns pontos que estavam presentes no antigo “Redescobrimo São José”.

4.1 O MUSEU NO PROJETO “CONHECER SÃO JOSÉ “

A lei número 5.101 de 04 de julho de 2011, é na verdade originalmente a lei ordinária número 5.066 de 23 de março de 2011. A alteração de data e numeração deu-se pelo não sancionamento da mesma pelo prefeito municipal, Djalma Berger. No uso de dispositivos da lei orgânica do município e do regimento interno da Câmara dos Vereadores, o presidente vereador Neri Osvaldo do Amaral, a promulgou e alterou apenas número e data. O texto da lei consta nos anexos desta dissertação (Anexo A). Esta lei prescreve em seu cabeçalho, o seguinte: “Cria o projeto ‘Conhecer São José’ na rede municipal de ensino de São José e dá outras Providências” (SÃO JOSÉ, 2011). Trata-se de uma lei prescritiva, a mesma está nos anexos desta dissertação. São doze artigos normatizam como deve ser dado a conhecer o município.

Dentre estes artigos, de tom normativo e indicativo, destaco o artigo 1º que elenca dezessete locais a serem visitados, em diversos bairros da cidade, mas a maioria está no Centro Histórico. O artigo diz que "cria na rede municipal de ensino", mesmo que depois tire esta prerrogativa da Secretária de Educação, gestora da rede. E no parágrafo único do artigo primeiro: "Parágrafo Único – As visitas, objeto desta lei, devem ser configuradas como integrantes do Programa Político-Pedagógico da Rede Educacional de Ensino Público Fundamental de São José."

Outra prerrogativa da Secretária de Educação, que acaba na verdade não lhe cabendo, pois, a gestão do projeto ficou com a Fundação de Cultura, está no artigo 2, inciso 1º: em caso de patrimônio história, designar alguém para "contar" – está entre aspas no texto da lei – a história daquele sítio. Uma prescrição, sem o mínimo de articulação histórica, metodológica e tampouco funcional.

O artigo 10, determina que a Fundação Municipal de Cultura e Turismo, a gestão do projeto, mesmo que o mesmo tenha uma ligação umbilical com a Secretária de Educação, além de ceder o público, deveria gerir as interações político pedagógicas destas aulas-passeio. Inclusive tornando-o efetivamente, em termos estratégicos, um projeto de Ensino de História Local. Coisa que acaba acontecendo mais na base das falas, das táticas dos gestores do projeto. A prescrição falhou.

No projeto "Conhecer São José", como está sua nomenclatura atual, e para fins desta dissertação, trabalharemos com os registros dos anos de 2013, 2014 e 2015. Por conta desta defasagem numérica, existe nos arquivos uma circular limitando os dias de atendimento de terça a quinta feira. Apresenta-se também uma ficha de agendamento.

Já no ano de 2015, o funcionário comissionado responsável pelo projeto foi dispensado. O projeto então ficou sob a coordenação do diretor do Arquivo Histórico Municipal de São José - AHMSJ, que firmou uma parceria com o Museu Histórico Municipal. Deste ano, no relatório do AHMSJ, referentes ao projeto há apenas o número de alunos que foram atendidos pelo projeto.

Cabe aqui lembrar que foi em 2015 e 2016 que o projeto deixou de se restringir aos Anos Finais do Ensino Fundamental e passou a atender também os Anos Iniciais e a Educação Infantil, ambas as modalidades prioritariamente da rede municipal; foram contempladas no atendimento turmas de Universidade, tais como a graduação em História da UDESC e o curso de Turismo da Faculdade Municipal de Palhoça, assim como o Ensino Médio e o EJA da rede municipal em 2015.

Pelos relatórios disponíveis nos arquivos da Fundação Municipal de Cultura e Turismo temos os seguintes números de alunos atendidos no “Redescobrimdo São José” (2012) e no “Conhecer São José”, sem distinção de grau de instrução entre os anos de 2012 e 2015:

- 2012 - 800 alunos
- 2013 - 1670 alunos
- 2014 - 3296 alunos
- 2015 - 4650 alunos

Os números destacados são dos relatórios anuais do Museu Histórico Municipal de São José (MHMSJ) em relação aos atendimentos, os referentes aos anos anteriores de 2019 são pouco detalhados, sem quantidades por série ou instituição. Após a lei municipal 5.101/2011, e a estabilização completa do percurso do projeto, o conteúdo continuou sendo apenas de forma oral dos coordenadores e dos professores. Com uma defasagem no apoio aos professores no momento pré e pós saída de campo, além de um possível *feedback* ao museu, que podia apresentar o que era produzido após as visitas.

A construção deste processo viria a empoderar os professores, contudo, tal feito só ocorreu no ano de 2019, por isso não é analisado na presente pesquisa de dissertação. Molina e Cazula (2014), trazem Certeau à discussão, onde o professor tem seu viés de "produtor de escritura", de produtor do conhecimento. Os autores afirmam que as falas e ações têm um efeito e peso mais imediato do que a escrita, contudo o que está escrito trona-se, de certa forma, mais duradouro. E como afirma Certeau (1994), citado pela obra, o poder do professor é ter esse papel de registro.

Desta feita, temos duas vertentes do mesmo projeto. Ambas conduzidas por partícipes das embrionárias tentativas do próprio museu, tanto no projeto do setor educativo quanto no PPP, de criar um mecanismo de ensinar a história da cidade, dentro do museu e do Centro Histórico. Tornando-se um espaço fora de sala de aula que ampliava a concepção dos alunos de forma histórica e geográfica, fazendo um enlace com a história local. Além de trazer o conceito de que fatos que estão expostos em monumentos e/ou casas antigas não são as únicas formas de produzir História, mas que ela acontece em todo lugar e a todo momento.

“Redescobrir São José” foi um projeto mais curto, que aconteceu apenas em 2012 logo após a promulgação da lei, mas foi mais bem elaborado e mais bem projetado em questões didáticas. Entretanto, não viveu um segundo ano por conta de uma mudança de gestão municipal e, conseqüentemente, de quadro de funcionários, como destacado anteriormente. “Redescobrir São José” tinha o aspecto de apenas aula-passeio pelas características de falta de material e de assistência aos professores durante os momentos antes e depois da visita. “Conhecer São José” segue o mesmo trajeto – mesmo tendo mais anos de atuação, não evolui além desta mediação das aulas-passeio, tendo alguma forma de alteração na estrutura pedagógica apenas em 2019.

Toda a prescrição da lei deveria ser mais bem elaborada e revista, a fim de proporcionar uma efetiva aula que, dependendo do funcionário que atende a turma, pode mudar de alguma forma em relação ao roteiro e às falas, com objetivos planejados anteriormente e resultados compartilhados posteriormente com as escolas, os alunos e os locais visitados.

4.2 ROTEIRO HISTÓRICO NO ENSINO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

O roteiro idealizado parte de objetos do Museu Histórico Municipal de São José que têm referência com essas manifestações culturais já apresentadas nos subtópicos acima. É importante buscar explorar de forma bastante clara o que é o patrimônio intangível, sua história, seu espaço e indagações que podem ser feitas com um olhar crítico. Ramos (2004) afirma a função de produção de saber que tem nesse espaço, tendo os objetos como meio de amplificar a historicidade do lugar. Arquivar um roteiro com objetos para a explicação de patrimônio cultural imaterial faz com que se torne, de certa forma, mais tangível; aberto a reflexões acerca do presente e não um ato mecânico.

O objetivo do roteiro adaptado é apresentar o patrimônio imaterial de forma mais próxima aos alunos, além de ter um acompanhamento pré e pós saída de campo com a turma, tendo um *feedback* do que foi trabalhado no Centro Histórico. Instigando o pensamento histórico e crítico nos discentes, principalmente, e abrangendo o aspecto de saída de campo de forma mais consistente.

Na visita voltada para o patrimônio imaterial, é importante problematizar e destacar o papel de tais manifestações na cidade em todos os seus âmbitos – no

lazer, na expressão religiosa e no trabalho –, os motivos pelos quais o patrimônio imaterial é registrado e como se dá esse processo. Além de problematizar as que não foram registradas.

No contato com o Museu Histórico Municipal de São José, no agendamento de turma e quantidade de alunos, o professor responsável receberá por e-mail uma cartilha sobre a instituição e o projeto. Esse material de apoio, disponível no apêndice desse trabalho (Apêndice A), tem o objetivo de articular o conhecimento histórico através das práticas pedagógicas do ensino de História.

A cartilha é um material de apoio pedagógico para os professores se prepararem antes chegar ao museu. Como citado antes, não existe uma grande bibliografia sobre a história de São José, excepcionalmente sobre os patrimônios culturais, tanto material quanto imaterial. Com explicações didáticas e sugestões de atividades para cada uma das fases da estrutura escolar, o material é um apoio para o professor como uma capacitação e um auxílio para planejar as aulas que vão anteceder a visita, e também pode ser aproveitado didaticamente no momento seguinte. Além da preparação dos alunos para acompanhar o museu que é importante, pois ficam mais concentrados e participativos na visita.

Com a experiência em sala de aula que tenho, a ideia de cartilha cai bem pela atual situação de carga horária dos professores. A falta de tempo para pesquisas acadêmicas e o uso de bibliografia além do que está em fácil acesso. Trata-se, portanto, de um modelo para como aproveitar e instigar o conhecimento dos discentes, e uma bibliografia de apoio para o planejamento das aulas. Tal planejamento é importante para que a visita ao museu não seja apenas um passeio, mas sim um instrumento didático na área da História, podendo ser ampliado interdisciplinarmente.

O roteiro desenvolvido será apenas no Museu Histórico Municipal de São José, concentrando-se nas peças disponíveis no acervo que fazem referência ao patrimônio cultural imaterial. A construção da narrativa não passa por todas as salas, foca nas duas maiores, mas número reduzido de salas permite que a exploração e a indagação sejam mais extensas.

O pensamento histórico e crítico deve ser desenvolvido não apenas estudando os patrimônios culturais intangíveis registrados. As questões a serem levantadas durante a visita são:

- O que é um patrimonial cultural imaterial?
- O que faz uma manifestação cultural ser registrada?
- Quais motivos a levam a ser registrada?
- Como é esse processo?
- Quais instâncias existem, como IPHAN, FCC, FMCT?
- Quais as consequências do registro do patrimônio intangível?
- Quais outras manifestações culturais imateriais não são registradas e que são relevantes na cultura municipal, estadual ou até nacional?
 - Quando foram criados, por que, para quê?
 - Como foram utilizados e se ainda são ou podem ser?
 - Que significados têm para as comunidades no passado e no presente?
 - O que permanece e o que muda em relação ao passado?
 - Que significados são atribuídos pelas pessoas?

Uma indagação persistente na elaboração do roteiro é como apenas manifestações culturais de base açoriana foram registradas na cidade? Essa questão levantada remete à dissertação de Mylene Visani (2018) que elaborou um roteiro focado na população negra em São José, que é pouco explorado na narrativa do projeto “Conhecer São José” e no Museu Histórico Municipal de São José de uma forma geral. Em um ato comum da história local, a participação da população negra e escravizada foi esquecida.

Enquanto a história negra foi sendo esquecida na história local, a base açoriana começou a ser exaltada após a segunda metade do século XX. Conforme afirma Maria Bernardete Flores (1997), e citado já no primeiro capítulo deste trabalho, a valorização do homem do litoral inicia um movimento, o açorianismo. O Museu Histórico Municipal de São José, inaugurado no fim da década de 1980, faz parte dessa valorização açoriana que a cultura municipal assumiu. Para Santos (2019), as manifestações culturais da mesma base passaram a ser enaltecidas, estando na identidade cultural do município, como a Festa do Divino Espírito Santo.

Com essa série de questões a serem problematizadas a experiência fora de sala de aula é ampliada de forma conceitual e geográfica, principalmente por ser um espaço de produção de conhecimento histórico e ter os enlaces com a história em si. Um espaço que foca na história local, que pode desenvolver um recurso didático de maior participação ativa dos discentes, fazendo, assim, com que a educação

patrimonial estimule inúmeras reflexões sobre uma estrutura da memória histórica, deixando de forma mais notória os interesses e parcialidades. Um potencial para valorizar saberes e fazeres, refletindo o silêncio da memória local, como afirma Mylene Visani (2018).

Além dos questionamentos, pensando em auxiliar os discentes nos registros corretos da saída de campo, há uma ficha com perguntas chaves e espaços para anotações sobre a visita. Assim, o museu oferece a impressão, pranchetas e lápis, com a estrutura que a FMCT tem. Esse registro no momento pós-visita é um meio de avaliação e de produção dos alunos.

Augusto Monte Espíndola Cardoso Junior em *A escola e o ensino de história* (2013), artigo apresentado na ANPUH, destaca os usos das saídas de campo como ação educacional para afastar de alguma forma os alunos da história tradicional baseada em fatos e datas, sendo uma parte do aprendizado e do ensino para os presentes.

As consequências da saída de campo no aprendizado dos discentes podem ser avaliadas com um *feedback* para o museu, utilizando os princípios trazidos por Junior (2013): conhecer, avaliar, ampliar e agir. São meios de ações educativas para o aprendizado dos alunos, principalmente em campo, mesmo se tratando de memória. Ter um instrumento de avaliação é útil tanto ao professor, para seu trabalho na escola (qualitativo e quantitativo), como para o museu. Este *feedback*, pode auxiliar em novas perspectivas para a cartilha (material de apoio) e novos momentos com o acervo e patrimônio.

O projeto desenvolvido nessa dissertação tem como objetivo oferecer uma educação patrimonial mais ampla, acompanhar e auxiliar os envolvidos na visita para aproveitar o espaço de produção do saber histórico através do ensino de História e da educação patrimonial, criando um pensamento crítico e histórico.

4.3 AÇÕES: ENSINO DE HISTÓRIA EM VISITAS GUIADAS

Os projetos pedagógicos no Museu Histórico Municipal de São José, com seus diferentes nomes, são executados desde 2012. Com a prerrogativa de lei nº 5.101, 04 de julho de 2011, não está com a prescrição de ensino de História, todavia é o que acaba acontecendo. Isso vem bem na linha do pensamento de Cristiani Bereta da Silva, quando se coloca concordando:

Compartilhamos da ideia de que os embates e as divergências sobre o currículo de História não ocultam, ao contrário reforçam, a relevância do lugar ocupado pela história em nossas vidas. Estamos mais bem situados com algum conhecimento da história do que com nenhum conhecimento, como bem lembrou Peter Lee (2011).(SILVA,2015, p.8).

Ter algum conhecimento histórico e de história aplicado a estas saídas de campo oferece um conhecimento aos alunos participantes, nas falas, nos locais visitados, no material entregue. O que de certa forma já um começo. Todavia, o conhecimento histórico se produz e se ensina de outra maneira. A prescrição para este projeto, caso fosse de ensino de História, realmente levaria a outras dinâmicas como apresentam as professoras Cristiani Bereta da Silva e Luciana Rossato (2013) – aprender história não deve ser apenas aprender momentos passados, mas realmente apresentar o fazer histórico nos aspectos epistemológicos, compreendendo os conceitos de tempo, identificação das evidências e como tais podem ser incompletas e variáveis. Buscando assim, fugir da prerrogativa de que os alunos devem apenas saber do passado, mas sim fazê-los entender os processos e ter compreensão histórica.

Ensinar História privilegia outras valências, como o pensar historicamente. Assim sendo, as prescrições do primeiro momento deste projeto em execução, o chamado “Redescobrimo São José”, ofertavam cursos a professores da rede municipal de ensino em momentos anteriores às visitas guiadas. E posteriormente, as avaliações e produções dos alunos poderiam propiciar este ambiente de aprendizagem histórica, um fazer-se sujeito da História. Segundo Schmidt (2009), a ideia de saber histórico não é a mesma de pensar historicamente, tendo em vista que saber dados de um acontecimento não dá capacidade ao sujeito para dar significados à história em si e seus processos, a experiência histórica. Tal pensamento precisa viver o equilíbrio entre a leitura da História, com sua interpretação e análise de dados, e o ensinar História, sendo uma responsabilidade com a sociedade, sem ter um discurso nostálgico e sim crítico.

Desta feita, avança neste pensamento Ulpiano Meneses (1994), citando o exemplo dos museus históricos:

Não sendo a História um conjunto a priori de noções, afirmações e informações- mas uma leitura em que ela mesma institui, em última instância, aquilo que pretende tornar inteligível - ensinar História só pode

ser, obrigatoriamente, ensinar a fazer História (e aprender História, aprender a fazer História). Por isso, a diretriz (obviamente não exclusiva, mas necessariamente presente) de um museu histórico seria transformar-se num recurso para fazer História com objetos e ensinar como se faz História com os objetos. Esta postura abre horizontes para infinitas possibilidades expositivas. (MENESES, 1994. p. 39-40).

O museu histórico deveria estar a este serviço, da produção do fazer História, e por que não também o próprio projeto “Conhecer São José”? Os alunos atendidos deveriam estar dentro de um processo de construção de conhecimento. Isto sim seria uma prescrição que mereceria ser escrita. Os cursos e intenções prescritos nos referenciais de “Redescobrimdo São José”, tinham um fundamento dentro desta perspectiva, de fazer as habilidades cognitivas de cunho da ciência histórica serem habilitadas aos participantes destas aulas-passeio, com reflexão, preparação prévia, dinâmicas pertinentes durante as aulas-passeio e produções posteriores, a fim de que a compreensão da História e do fazer histórico ocorra. Não existiram relatos e relatórios de curso e nem mesmo arquivo de devolutivas de professores e alunos. Ficam os relatórios, mais numéricos do que explicativos, das aulas-passeio ocorridas.

Observando tal situação, Giorgio Agamben (2005) cita em sua obra o quanto a concepção histórica tem a influência da experiência de tempo, assim como a cultura é uma manifestação e mudanças são possíveis apenas com uma transformação desta prática em questão. A concepção de História que derivasse passar nestas aulas- campo, teria que levar a categoria histórica do tempo em consideração. Isto na prescrição do projeto, na prescrição do roteiro, nas falas dos professores na escola, e como pensou o grupo do “Redescobrimdo São José”, nas oficinas dadas aos professores.

Ramos (2004) afirma que o diálogo com os professores precisa acontecer para além das exposições, auxiliando no conteúdo para que os alunos consigam ter uma percepção de multiplicidades de tempo, além da problemática histórica a parte de dados e fatos. Tal envolvimento com os docentes faz com que tenham um maior conhecimento crítico no enredo de historicidade e até maior conhecimento na hora da visita da saída de campo.

Estas aulas-passeio são experiências aos alunos, mas também são aulas. Segundo Augusto Monte Espíndola Cardoso Junior, no artigo *A escola e o ensino de história* (2013), as saídas de campo são ações educativas e momentos onde o

aprendizado e o ensino estão unidos na ampliação da sala de aula conceitualmente e geograficamente. São também um espaço de produção e de conhecimento histórico, enlaces com a história, junção do que se aprende e da vida do sujeito. E aulas de história, onde a temática da cidade, sua história, sua cultura, seus tempos e temporalidades deveriam estar expostas. Não só no museu e nos monumentos, mas nas falas, nos relatos, nos relatórios, nos escritos e descritos. Deveria se ensinar a ensinar História a todos os envolvidos no processo do projeto, seus gestores, nos quais me incluo, a seus mantenedores e aos atingidos, professores e alunos. Este foi um cuidado, uma prerrogativa mister que não foi contemplada.

A história local, regional deveria ser mais bem olhada e ter espaço de discussão dentro das temáticas do projeto, como nos aponta Martins:

No campo da historiografia, a História Regional ou Local tem incentivado a busca de explicação das sociedades nas suas múltiplas determinações e complexidades e tem proporcionado ocasião para testar generalizações da História Geral, por meio da redução da escala das investigações. [...] a prática meticulosa da História Regional e Local, mais do que destruir concepções gerais equivocadas, porém arraigadas em tantos livros didáticos e discursos, tem a virtude de descobrir novos problemas e hipóteses. Tudo isso justifica que a História Regional e Local adentre as salas de aula em todos os níveis de ensino [...] (MARTINS, 2013, p.145).

Contudo, “Conhecer São José” se propõe a apresentar São José de forma didática. Em sala de aula, em um projeto articulado, que realmente não há, mas dentro das aulas-passeio assim deveria fazê-lo.

O ensino de História, em sua prática de sala de aula, fora de sala como no caso de “Conhecer São José” e projeto semelhantes, é um processo discursivo que tem que se atentar a campo das experiências sociais, ao movimento que nosso tempo e mundo passam.

Selva G. Fonseca (2009) demonstra que a História estuda a forma como os humanos fazem sua trajetória, onde vivem e como vivem, e os pensamentos que têm em determinadas épocas, sociedades e espaços. Observando, assim, os constantes processos das experiências sociais, comparando grupos de diversos tempos, principalmente. Com esse posicionamento sobre o ensino de História, a autora afirma as distinções que a disciplina ensina de compreensão do mundo.

Os professores e alunos que passam pelo projeto deveriam ter acesso a estas possibilidades. Segundo Fonseca (2009), o espaço onde vivemos é onde acontecem tais experiências que deixam os vestígios da sociedade. Sendo esses

locais e o cotidiano os espaços de memória que são de aprendizado e várias oportunidades educativas. O museu, o Centro Histórico e o bairro das escolas deveriam estar em sintonia dentro do âmbito do ensino de História, dentro das diretrizes da rede municipal de educação. O ensino de História pode ocorrer dentro e fora da escola, mas com intenção, com objetivo, com interação.

As escolhas são dos professores, no projeto “Conhecer São José”, dos seus gestores. Marlene Cainelli (2010) detalha em sua obra que a escolha de conteúdos precisa ser articulada com os ideais do ensino, fazendo com que os discentes desenvolvam a capacidade de raciocinar em momentos criados com condições de aprendizagem significativa, a partir das experiências que eles já têm. Um pensamento histórico desenvolvido a partir do que é prévio para cada um, diferenciando por vezes a História aprendida na escola e as outras formas de apresentar o passado. Tendo como foco o ser humano e seus atos – o objetivo da História –, mas nem todo óbvio é ululante.

O ensino de História deveria ser o principal objetivo do projeto “Conhecer São José”, não somente nas falas estáticas, mas nas prescrições estratégicas. A base do que se fazer, do que se projetar, dos passos e caminhos a se trilhar. Ainda mais em um projeto, que já citamos, mas nunca é demais lembrar, de ensino de História mesmo sem esta prescrição e a devida preocupação.

Na já conhecida fórmula tripartite, que Certeau (2007) elaborou em sua obra *A Escrita da História*, a historiografia é a articulação entre um lugar, uma prática e uma escrita. A partir desta concepção é possível, e plausível, pensar a prática como uma atividade a ser problematizada, ao invés de ocultada nas linhas escritas pelo pesquisador. No entanto, para ele a reflexão teórica em História deve tornar-se um lugar para indagações, questões que se formulam com o decorrer da produção científica na área de História. No campo da História é preciso questionar-se para ter a credibilidade de indagar os discursos, os escritos, os ditos e não ditos. A historiografia tem seus métodos, a ciência histórica também. Um projeto de ensino de História não poderia prescindir disso.

Aplicado ao ambiente em que a pesquisa foi desenvolvida, a ideia da tríade de lugar, prática e escrita seria: museu, mediação e produção crítica dos alunos, respectivamente. Museu como espaço em que o acervo está disponível, a mediação para que um outro olhar seja dado ao objeto e ao patrimônio, e a produção pós-visita

com o olhar do aluno e sua perspectiva histórico-cultural provocada a ser mais analítica.

Pensando que o aluno chega ao museu com uma bagagem de convívio social, cultural e histórico, mesmo que de forma inconsciente, esta não deve ser ignorada ou subjugada. O lugar que ele ocupa na comunidade deve ser um ponto de partida para os questionamentos, principalmente, porque não é só no espaço museal que acontece História. A cidade está em constante mudança, fazendo com que o aluno também presencie ocasiões históricas próximo de si, não sendo necessário vir ao Centro Histórico para encontrar História.

Sandra Oliveira (2013), ao tratar sobre o ambiente de sala de aula, dialoga com essa pesquisa sobre o projeto de ensino que envolve escola e museu e contribui para pensar de que maneira relacionar estes locais. Essa junção tem a função de proporcionar um pensamento histórico, patrimonial e museal aos alunos. Podendo pensar não só na explicação que é dada nos espaços, mas na construção do lugar, na ocupação dos espaços pelos sujeitos, buscando uma série de questões levantadas de forma crítica que devem ser instigadas no museu. As memórias são um espaço de construção dos indivíduos, desenvolvendo, assim, um grupo e suas memórias comuns. Tais memórias são constituídas por rituais e outras manifestações culturais comprovando o recorte a ser feito, com o viés da subjetividade chegando aos sujeitos e grupos, que estão sempre à margem como fonte para compor a História do ensino escolar em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução alguns questionamentos foram feitos para essa pesquisa: qual museu se apresentava? O que representa? Quais vozes são ouvidas e quais são silenciadas?

Com a finalização da pesquisa e do material de apoio elas podem ser respondidas diretamente, mesmo que já respondidas através de todo o texto. As visitas ao Museu Histórico Municipal de São José apresentam uma narrativa que é bastante flexível a depender de quem as guia, buscando abranger mais do que os açorianos e sua colonização. Mas por ser ainda a principal versão da história municipal, que a Fundação Municipal de Cultura e Turismo e a Prefeitura Municipal de São José de modo geral usam, essa tentativa tem sido pouco reativa.

As paredes do Museu Histórico Municipal de São José ainda representam os brancos, a elite e as religiões cristãs. Essa conclusão se dá pelo fato de que se você chegar e não for guiado por um tutor, com certeza chegará nessa mesma afirmação. A estrutura em que está a narrativa museal depende de um guia para que sejam feitos os apontamentos e críticas necessários para chamar a atenção às minorias étnicas e à realidade econômica da comunidade em séculos passados. Sendo assim, estas realidades são por vezes silenciadas.

Essa é uma situação costumeira no meio da história da museologia, vide a perspectiva de quem está no poder e construiu por décadas as narrativas que conhecemos atualmente. E como citado antes, os patrimônios fazem parte dessa narrativa de homens brancos, héteros e de elite. Afinal, o sobrado Ferreira de Melo, onde está o museu, era de uma família abastada. Não há nenhuma casa de pessoas humildes que tenha se tornado patrimônio material de São José, nem práticas de matrizes africanas que tenham sido registradas como patrimônio imaterial.

Os assuntos de ensino de História, museus, patrimônio imaterial, educação patrimonial surgiram e foram abordados de uma vivência de sala de aula, de trabalho com museu, de mestrado em ensino de História; das leituras feitas, das ideias discutidas, das experiências vivenciadas, deste longo exercício de pôr no papel uma proposta de ensino, entrelaçando história, patrimônio imaterial, museu e novos olhares. O trabalho compreende que a sala de aula, o museu e a educação patrimonial foram concluídos na dimensão propositiva.

Observando o patrimônio imaterial, como um gerador de questões e olhares para o museu e seu acervo, Leticia Vianna (2004) descreve esta forma de patrimonialização e ressalta a questão da vivência deste bem:

O objetivo é que os inventários e registros proporcionem ampla base de dados no sentido de orientar as políticas públicas de preservação cultural e regulamentação de direitos para as comunidades criadoras dos bens culturais em questão. Pois entende-se que, dada a natureza imaterial do bem cultural, ele só se conservará, efetivamente, se vivido por pessoas em condições, ou seja, com garantias e interesses de vivenciá-lo de modo dinâmico e criativo. (VIANNA, 2004, p. 77).

Estes bens serão conservados apenas sob a vigilância de pessoas que realmente compreendem o que são e para que servem, da forma mais básica. A necessidade de saber e conhecer a partir da educação patrimonial faz parte da identidade cultural do município e abre essa responsabilidade de conservação para o povo em geral. Não que essa responsabilidade saia da ossada das funções dos historiadores, mas deixa a população consciente e crítica sobre qualquer coisa que aconteça no âmbito cultural municipal, um meio de conscientização.

O museu, e este trabalho aqui apresentado – tanto a dissertação quanto o material de apoio – podem dar uma dimensão destas vivências dentro do cotidiano da cidade. Uma das ideias mais latentes foi retirada ao olhar para o teórico Francisco R. L. Ramos (2004), que já havia feito isso, utilizando o pensamento de Paulo Freire. Ramos usou a ideia da palavra geradora de Freire para criar o "objeto gerador". Observando o que o autor apresenta, para o museu de São José e para o patrimônio imaterial tombado pelo município, que tem espaço dentro do acervo do museu, foco do material de apoio, elaborando o "patrimônio gerador".

O termo "patrimônio gerador" apresenta o patrimônio tombado/registrado pela municipalidade, que faz eco na comunidade josefense e tem no acervo do museu peças e discursos de legitimação, sendo assim um catalisador para o início do movimento. Como exemplo de "patrimônio gerador" aplicado ao patrimônio material tombado, podemos pensar no sobrado em que o MHMSJ está instalado. Ao observar um casarão do século XIX, é vista uma construção clássica do período colonial luso-brasileiro que esbanja o poder da elite local. As várias janelas, portas, e o tamanho do terreno mostram como a família que construiu era abastada financeiramente e contava com mão de obra escrava negra. Sob a perspectiva do "patrimônio gerador" não é apenas um sobrado, mas um lugar que apresenta ao

aluno um espaço de reflexão social, econômica e cultural. A estratégia de ensino de História é de observar além do que está à frente dos olhos, na técnica de ler entre os significados estabelecidos pela identidade cultural.

O "patrimônio gerador" dá a oportunidade para os alunos observarem de outro ângulo a comunidade em que estão inseridos. Segundo Bittencourt (2011, p. 47), "a disciplina ou matéria escolar visa formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive". Ao encontrar a exemplificação do patrimônio no museu, o visitante se instiga a presenciar a expressão artística no seu âmbito. Ir à Festa do Divino, acompanhar a Procissão dos Passos, ou visitar um oleiro trabalhando são oportunidades para o aluno observar e questionar a construção da identidade cultural e social da comunidade em que está inserido.

Ao ser agendada a visita da turma ao museu, é apresentado ao professor o material de apoio à visita. E assim, ainda na escola, nas aulas de História, a turma será provocada a pensar no patrimônio imaterial registrado pelo município. Começam as provocações, as pesquisas prévias, os questionamentos – O que é patrimônio? O que é patrimônio imaterial? Para que servem os tombamentos? Quais os patrimônios tombados em São José?

Destas questões vão surgir outras, inclusive sobre ausências. O patrimônio vai ser o gerador das questões que vão passar pela história do município, da história retratada no museu, na história vista na sala de aula, disposta nos livros didáticos, na história dos sujeitos históricos que são estes próprios alunos. Mas para não prometer demais, foco no museu de São José e seu Patrimônio imaterial registrado e exposto.

Portanto, olhando para o Museu Histórico Municipal de São José, e para a temática abordada por Francisco Ramos, teríamos diversos objetos geradores – o próprio prédio que abriga o museu poderia ser um deles. Uma edificação centenária, feita com mão de obra de afrodescendentes escravizados, que abrigou diversas ocupações e funções ao longo de sua história. Os objetos de família, as peças de "tecnologia", os primeiros celulares, a "famosa" espada de Dom Pedro II, galeria de ex-prefeitos, o antigo mobiliário da casa de câmara e cadeia. Seriam inúmeras as possibilidades. Todavia, baseando-se em Ramos, com a junção de Freire, pretende-se apresentar uma ideia diferente. Usar do patrimônio imaterial registrado em São

José, este que tem peças (objetos) dentro do acervo do museu, para ser o gerador, este indutor do início do processo de conhecimento histórico.

Como são as peças de olaria, feitas pela escola de olaria municipal; as peças utilitárias – os potes, jarros, panelas, a própria roda de oleiro; as peças de olaria figurativas, que fazem referências a locais da cidade como a Igreja Matriz, bica da carioca, fazem referência ao próprio fazer do oleiro; e as manifestações religiosas tombadas pelo município – a Procissão do Senhor dos Passos e a Festa do Divino Espírito Santo. Da mesma forma, as peças destas manifestações religiosas, como as roupas do imperador e da imperatriz, as representações da Pomba do Espírito Santo, o quadro do Senhor dos Passos.

Todas estas peças podem ser trabalhadas separadamente, mas também de forma conjunta com patrimônio imaterial registrado, sendo este gerador de questões. Um provocador de porque São José os tem, os evoca, os cultua, os celebra, os personifica, os enaltece? E quais outros ficaram de fora, são marginais, periféricos, sem "representatividade", não são ditos, lembrados ou guardados no museu?

O "patrimônio gerador", que gera questões, que faz pensar fora da caixa. Da caixa da escola, da caixa da sala de aula, do museu. Pensar no visto e vivido, pensar no oculto e escondido. Quais manifestações artísticas, culturais e religiosas o aluno que está em visita ao museu tem contato? Tem interesse? Tem participação? Quais estão no museu? Quais não estão? E por que não estão? Por que não foram dignas de registro?

As questões são múltiplas, as formas de abordagem também. Ao visitar o museu, este aluno será provocado antes, durante e após a visita. Terá conhecimento das formas de registro de patrimônio imaterial, reconhecerá os patrimônios registrados em São José, e terá ferramentas para questionar o porquê da existência destas manifestações e a não existência de tantas outras. Ter o seu cotidiano posto em contato e em choque com o apresentado no museu também faz parte da dinâmica destes momentos. Tendo um compromisso com o ensino, compromisso esse do ProfHistória, assim como desta dissertação, como preconiza Circe Bittencourt, no tocante à educação e ao patrimônio:

[...] compromisso do setor educacional articulado a uma educação patrimonial para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos "notáveis", de consagração de determinados valores de setores privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem

significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. A preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional. O compromisso educacional orienta-se por objetivos associados à pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino. (BITTENCOURT, 2004, p. 278).

Esta vivência do ProfHistória, de pensar o ensino de História de maneira crítica, propor novas experiências e dinâmicas, ser objeto deste processo de professor/aluno/pesquisador, foi um desafio muito profícuo. Mas também duro e desgastante. Chegar a estas últimas linhas são um misto de alívio e inquietação. Estar aliviado de cumprir está tão ampla etapa do desenvolvimento deste professor, que voltou a ser aluno e pretendeu-se pesquisador. Mas permanecer inquieto, neste mundo onde História e Educação são atacadas todos os dias, onde o ensino de História ganha contornos mais relevantes para o país e seu contexto, para o mundo e suas particularidades. A inquietude tem que estar presente, para que o professor se torne aluno e que seus alunos se tornem pesquisadores, que a História nos tire do lugar comum, que a Educação ainda seja um ambiente de transformação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Memória e produção de saberes em museus de História**. XXIV Simpósio Nacional de História - São Leopoldo - RS - 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Constituição (1988). Art. nº 216, de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 7287, de 18 de dezembro de 1984. Brasília, DF.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Brasília, DF.

CABRAL, Magaly. Educação Patrimonial x Educação Museal? In: Átila Bezerra Tolentino (Org.) **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p.: il. color. 30 cm. – (Caderno temático; 2).

CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. (Coleção: Explorando o ensino. Coordenação: Margarida Maria Dias de Oliveira).

CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de história no ensino fundamental 1. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 163-184, jan./jun. 2012. ISSN 0102-6801.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do litoral catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura. **ARQUIPÉLAGO**. História. 2ª série, vol. 13 (2009).

CANCLINI, Nestor Garcia - **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 385. (Ensaio Latino-americanos, 1).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: Dúvidas, Desafio e Propostas. **Estudos Históricos**, Vol. 7, nº 13, Rio de Janeiro, 1994. p. 97 - 113.

CHICARELI, Larissa Salgado; ROMEIRO, Kauana Candido. Museu e ensino de História: pensar o museu como local de conhecimento e aprendizagem. **Revista Confluências Culturais** – ISSN 2316-395X. 2014.

CLIFFORD, James. Museologia e Contra História: Viagem pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mario (org). **Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos**. Editora Lamparina: Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da; WAZENKESKI, Verlaine Fátima. A importância das ações educativas nos museus. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, vol. 17, nº. 02, p. 64-73, jul./dez. 2015.

CRUZ, R. de C. A. da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], vol. 16, nº. 2, p. 95-104, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74255>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255>>. Acesso em: 14 maio. 2020.

DODL, Hugo. Museu e biblioteca municipal. **Ferías.tur**. Disponível em: <<https://www.ferias.tur.br/fotogr/153547/saojose-sc-museuebibliotecamunicipal-fotohugododl/saojose/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

DUTRA, Soraia Freitas. **A educação na fronteira entre museus e escolas: um estudo sobre as visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto**. 2012. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

FARIAS, Vilson Francisco de. São José no início do terceiro milênio no planeta terra. In: FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 256 anos em busca das raízes**. São José: Ed. Do autor, 2006.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos e ficções**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

GERLACH, G.; MACHADO, O. **São José da Terra Firme**. São José: Prefeitura de São José, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

JUNIOR, Augusto Monte Spínola Cardoso. Viagem de estudos: para além de uma atividade de sala de aula - Relato de experiência. XXVII **Simpósio Nacional de História**: Conhecimento Histórico e diálogo social. Natal, Jul/2013.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 maio 2018.

LIMA, Maria Aparecida. **A Plasticidade dos Artefatos de Barro**: Olarias e Oleiros de São José. 130 f. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MACHADO, Gilberto João. **São José**: o caminho da Ponta de Baixo dos oleiros e das olarias: cultura de base açoriana. Florianópolis: Bernúncia, 2011. 192p.

MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2013. p.135-152.

MATOS, Isla Andrade Pereira. Educação museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**. Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2014.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Fortaleza, 2009.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A Importância da Educação Patrimonial Para a Preservação do Patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2012 – e-book).

MENESES, U. T. B. D. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, n. 1, 1994.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47141994000100002>>. Acesso em: 14 jun 2016.

MIRANDA, Sonia Regina; BLANCH, Joan Pagès. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos do vivido. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (orgs.). **Cidade, Memória e Educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

MIRANDA, Sonia Regina, SIMAN Lana Mara Castro. **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora, MG. Editora da UFJF, 2013.

MOLINA, Ana Heloisa, CAZULA, André Luiz da silva. **Apontamentos de pesquisa sobre as práticas docentes na relação com as diretrizes curriculares do estado do Paraná**. XIV Encontro Regional de História - UEP. Outubro de 2014.

MULLER, James. São José – Santa Catarina. **São José City**, São José, 30 de maio de 2010. Disponível em: <<http://saojosecity.blogspot.com/2010/05/cidade-do-seculo-xxi.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

NORA, P. Entre memória e história a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p 07-28, dez. 1993.

NUNES, Lélia Pereira da Silva. **Caminhos do Divino: Um olhar sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

OLIVEIRA, Genoveva. O museu como um instrumento de reflexão social. **MIDAS**[online], 2 | 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/midas.222>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/midas/222>>. Acesso em: 10 dez 2020.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Relações entre memória e objeto no estudo das cidades. In: SILVA, Cristiani Bereta da & ZAMBONI, Ernesta (org.). **Ensino de História, memória e culturas**. Curitiba, PR: CRV, 2013.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Museu na Sala de Aula: Propostas para o planejamento de visitas ao museu. **Tempo e Argumento** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 2, PP. 63 – 81, jul/dez. 2012.

PATRIMÔNIO Imaterial. **Portal IPHAN**. Brasília, [s.d]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 20 maio 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 27, nº 53, junho/2007.

PINTO, Helena. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 19, n.1, p. 199-220, jan.-abr./2015.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Editora Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**. Vol. 08. Nº 14, ano 2016.1. p. 70-93.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 5846, de 1980. Florianópolis, SC.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 2.989, de 25 de junho de 1998. Florianópolis, SC.

SANTOS, Fernanda Brüggemann dos. **Festa do Divino Espírito Santo em São José/SC: Mudanças de costume através do tempo**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC. 2019.

SÃO JOSÉ. Lei nº 628, de 23 de novembro de 1967. São José, SC.

SÃO JOSÉ (Município). Lei Ordinária nº 3024, de 12 de junho de 1997. São José, SC.

SÃO JOSÉ (Município). Lei Ordinária nº 4429, de 17 de janeiro de 2006. São José, SC.

SÃO JOSÉ (Município). Lei nº 5101, de 04 de julho de 2011. São José, SC.

SÃO JOSÉ (Município). Lei nº 0086, de 2012. São José, SC.

SÃO JOSÉ (Município). Lei nº 5314, de 2013. São José, SC.

SÃO José (Santa Catarina). **Wikipedia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_(Santa_Catarina))>. Acesso em: 20 mar 2020.

SCHIO, D. Susp autorizou a derrubada de casarão em São José. **Notícias do Dia**, Florianópolis, dez. 2011. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/22138-susp-autorizou-a-derrubada-de-casarao-em-sao-jose.html>>. Acesso em: 17 jul 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? In: BARCA, Isabel; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). **Aprender História: perspectivas da educação histórica**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2009.

SILVA, Cristiane Bereta. Editorial. **Revista História Hoje**, vol. 4 nº 8. jul-dez, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20949/RHHJ>.

SILVA, Cristiani Bereta; ROSSATO, Luciana. **Revista História Hoje**, vol. 2 nº3, 2013.

SILVA, T. C. D. **Centro Histórico de São José (SC): Patrimônio e Memória Urbana**. 170 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIANNA, Letícia C. R. Legislação e Preservação do Patrimônio Imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. **Cultura e Arte Populares**. Vol. 1, 2004.

VISANI, Mylene Silva de Pontes. **Construindo visibilidades na cidade de São José/SC**: Uma Proposta de Ensino de História e Patrimônio Cultural dos Povos Africanos e Afrodescendentes. Orientadora, Prof.^a. Dra. Mônica Martins da Silva, Florianópolis, SC, 2018.

APÊNDICE A -Dimensão propositiva

Material de Apoio:



PATRIMÔNIO IMATERIAL

através do acervo do
Museu Histórico Municipal de São José

PROFESSORES E PROFESSORAS,

Com o intuito de ensinar a partir de uma visão crítica a identidade do povo josefense através dos patrimônios culturais imateriais, e suas influências no desenvolvimento da cidade através dos anos. Com esse objetivo, este material foi desenvolvido esse material para aumentar o aproveitamento de cada turma que nos visita, e ao professor.

A visita ao museu requer um planejamento detalhado, tanto no âmbito didático quanto de logística por parte dos professores, que por vezes não tem bibliografia necessária para embasar tudo que o museu oferecerá antes da visita. Para os alunos a visita do museu, geralmente, é compreendida como um passeio guiado pelo senso comum de ir conhecer “coisas velhas”. Portanto, esse material de apoio foi preparado a fim de auxiliar a preparação e planejamento das aulas antes e depois da visita. Os textos são destinados aos docentes, explicando o museu, detalhando os patrimônios imateriais municipais, os acervos do museu que podem ser analisados e usados para tal entendimento, seu papel dentro da sociedade e contextualizando, podendo ser utilizados em sala de aula adaptados para cada turma.

Acompanhando os textos, desenvolvemos sugestões de atividades para o ensino fundamental II e ensino médio, além de uma ficha de visita com perguntas básicas sobre cada sala, estimulando os discentes a fazer uma visita a campo aprofundada e não um mero passeio. Essas anotações também podem ser utilizadas em sala como fonte para uma avaliação ou discussão sobre o tema.

Esse material foi desenvolvido para auxiliar no planejamento dos professores para turma que participam da visita guiada voltada para o Patrimônio Cultural Imaterial Municipal, realizado pelo Museu Histórico Municipal de São José.

Antes de visitar o museu, alguns temas são interessantes para apresentar!

O Museu

Os museus, principalmente históricos, são um espaço bastante procurado no âmbito do ensino de história. A materialização do que é explicado em sala de aula torna menos distante da realidade dos alunos. O espaço museal é instigante para a educação patrimonial, um meio de “alfabetização cultural”, segundo os autores Medeiros e Surya (2012).

Objetos e expressões de enriquecimento cultural individual e coletivo estão presentes nos museus, que pode auxiliar na leitura de mundo ao redor a partir da história, fazendo com que seja melhor compreendido a partir do espaço museal. A materialidade do patrimônio por vezes é mais fácil de ser explicada e entendida. Contudo, o patrimônio imaterial, como fazeres e expressões, tende a ser mais difícil de ser compreendido, por não ser palpável ou visto. Assim, os objetos no espaço do museu tornam-se um lugar para melhor leitura do que é imaterial.

Os museus são um espaço de público que abre para diferentes realidades socioculturais, como forma de recuperação da unidade perdida que mede etnocentricamente a realidade, segundo Suzana Fernandes (1994). Sendo os bens culturais como pilares do conhecimento, os museus são um ambiente de investigação e estudo da multiplicidade de papéis educativos, não só para alunos, mas para a comunidade local em geral.

Sendo o museu o ambiente da pesquisa, o Museu Histórico Municipal de São José, inaugurado em 21 de setembro de 1988, é o museu municipal cujo viés é de história veiculada na própria cidade. Feito sem muita ciência, dada à época da reunião do acervo, do que se pretendia, porém mesmo assim, torna-se uma referência à cidade e ao ensino da mesma. Trata-se de uma leitura possível, como parâmetro para o museu de São José. Uma história linear e politicada cidade.

Esse projeto pretende evidenciar o museu como um local cheio de possibilidade de ensino de história, fora do ambiente escolar, evidenciando o uso da educação patrimonial imaterial no Museu Histórico Municipal de São José. Este material de apoio é um ponto de partida, e não final, a partir daqui é que os projetos serão desenvolvidos e trabalhados em sala de aula.

Patrimônio Histórico-Cultural

Patrimônio histórico-cultural é o que é produzido pela cultura de determinada sociedade, sendo de origem material ou imaterial, e tem importância na identidade cultural local. Podem ser ilustrações, artefatos artísticos históricos, praças, cidades, conjuntos de casarões, monumentos, festas e festividades; músicas, elementos culinários; num geral.

A área de salvaguarda patrimonial passou por uma série de modificações com os anos. No Brasil, no âmbito das políticas institucionais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), momento em que o governo de Getúlio Vargas instituiu o tombamento através do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, onde o patrimônio material podia ser tombado como forma de preservação e reconhecimento dos bens culturais no âmbito municipal, estadual e federal.

Posteriormente, foi reconhecido na Constituição de 1988, no artigo 216, que reconhece patrimônio não só como bem natural o material, mas também o imaterial. E com o Decreto nº 3.551/2000, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio do Patrimônio Imaterial, identificando que manifestações culturais intangíveis fazem parte da formação social brasileira.

Patrimônio Histórico, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. Assim representa os bens materiais, imateriais ou naturais que possuem importância na história de determinada sociedade ou comunidade. Esses bens foram desenvolvidos pela sociedade com o passar dos anos e reúne um conjunto de manifestações que forma desenvolvidas e carrega aspectos simbólicos.

Aliado ao patrimônio histórico, está o patrimônio cultural que se divide entre material e imaterial. Patrimônio Cultural Material nomeia os bens culturais que são tangíveis, como casarões, espaços históricos, pontes, onde se aplica o termo de "**bem tombado**". Enquanto o patrimônio imaterial é intangível, reúne as expressões culturais como saberes, costumes e festas, onde se aplica o termo "**bem registrado**". E o patrimônio imaterial no qual o produto final do trabalho foi embasado e estruturado em conjunto com a educação patrimonial. Os patrimônios materiais e imateriais convivem entre si, mas não são necessariamente complementares. Como por exemplo existe a Festa do Divino Espírito Santo sem a

Igreja Matriz do Centro Histórico. Durante o período de 2010 a 2014 em que esteve fechada para restauração, a Festa transcorreu normalmente no salão de festas ao lado.

Para compreender da melhor forma o que é patrimônio que é utilizada a educação patrimonial. Definido pelo IPHAN, em uma publicação sobre conceitos e processos, a educação patrimonial são processos educacionais formais ou não que tem como foco o Patrimônio Cultural, como um meio de compreensão sócio-histórica das referências culturais para o reconhecimento, valorização e preservação.

Contextualizando melhor a importância do patrimônio cultural, podemos imaginar a seguinte situação: se você acordasse em um lugar completamente isolado, sem qualquer contato com seres humanos e seus hábitos. Assim, não seria apresentado a uma cultura, não aprenderia com pessoas como falar, se portar, como ou o que comer, o que e como fazer. Não falaria, já que não teria outro ser falante junto, e como não teria a técnica de tal nesse ambiente antes de você chegar ali, não aprenderia, por exemplo. Não teria uma cultura adquirida no ambiente que vivia.

A situação é difícil de criar, já que estamos todos inseridos em uma comunidade e sua cultura. Conforme vamos crescendo, vamos adquirindo e incorporando certos elementos que são definidos na sociedade em que vivemos, tornando-se natural. Com esse exemplo, atestamos o quanto a cultura molda a identidade do grupo local, que a compartilha, exaltando o sentimento de valorização de tal. E por tais motivos que casas, praças, paisagens são tombadas; e festas e comidas são registradas.

Patrimônio histórico material

Na imagem abaixo, figura 01, pode observar o sobrado Ferreira de Melo, onde hoje está o Museu Histórico Municipal de São José.



Figura 01 – Sobrado Ferreira de Melo. Arquivo: PMSJ

Essa construção é um patrimônio histórico material estadual, foi tombado pela Lei Estadual nº 5.846/1980. Esse sobrado testemunhou vários momentos da história de São José, tanto no âmbito cultural quanto no político, como a instalação da sede do Governo Provisório do Estado na Revolução Federalista, por exemplo. De uma família influente na comunidade e na província de Santa Catarina, foi construído entre o fim do século XVIII e começo do século XIX, de arquitetura luso-brasileira, típico do momento da colonização.

Por que o prédio foi tombado pelo decreto?

Considerado uma das casas mais antigas do município, sua localização na praça onde o município começou como uma pequena vila, representa os tempos coloniais de influência lusitana com a chegada dos açorianos. É reconhecida pelo município como um marco por várias ocasiões, como a passagem do imperador Dom Pedro II pela cidade, em 1845.

Além dessa identificação com a comunidade, é um espaço de pensar na colonização e em quem construiu aquela casa, a praça e toda a estrutura. As pessoas que deram manutenção e serviram a família que morava ali. Essa questão

é melhor explorada por Mylene Visani (2018), em sua dissertação, indicada na bibliografia desta cartilha.

Com esse exemplo mais próximo podemos definir o que é patrimônio histórico material. Esses bens materiais, físicos, possuem uma importância histórica e cultural na construção cultural da sociedade e é digno de ser lembrado nas próximas gerações.

Patrimônio histórico imaterial

Se patrimônio material são prédios e espaços, o imaterial diz respeito a tudo que não podemos tocar, o que é intangível. Explorar o que é patrimônio imaterial e explicá-lo através do acervo do Museu Histórico Municipal de São José é o principal objetivo desse projeto. Não posso tocar em uma festa, em uma forma de preparar algo ou em uma expressão cultural típica; sendo assim, não podemos tomar como patrimônio. Essas expressões históricas e culturais, são registradas em livros onde todo o processo é detalhado minuciosamente.

Para esse registro, a ocasião é analisada, observada, contextualizada historicamente, entrevistas com participantes; passando por várias etapas do processo é feito um estudo detalhado. Cada manifestação cultural tem um livro específico para o registro: livro da forma de expressão, livro dos saberes e livro dos ritos e celebrações.

Atualmente, no município de São José têm como patrimônio histórico imaterial quatro manifestações e expressões culturais: Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José, Procissão do Senhor dos Passos da Irmandade, Sociedade Musical União Josefense e o fazer do oleiro. Contudo, o Museu Histórico Municipal de São José não tem acervo exposto para que a Sociedade Musical União Josefense fizesse parte deste roteiro. Os demais registros são explicados e exemplificados em seguida.

Festa do Divino Espírito Santo da Paróquia de São José

A primeira manifestação cultural registrada é uma festa que faz referência a colonização açoriana no litoral catarinense. Uma comemoração de data móvel, acontece cerca de 30/40 dias depois da Páscoa, e é realizada pela Paróquia de São José. A importância da Paróquia de São José e da sua festa faz referência a história dela, por ser a mais antiga da cidade, com seus 270 anos. Sendo assim, a cidade se desenvolveu em volta da igreja, tendo a religiosidade não só como um lugar de espiritualidade, mas também um espaço social rainha

A Festa do Divino é conhecida pela promessa da Rainha Isabel, hoje santa da Igreja Católica, na primeira metade do século XIV¹. Por conta de uma disputa entre pai e filho, promete uma festa para promover os dons do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade, com uma corte dedicada a tal para mostrar que não tem necessidade de ser de linhagem nobre para ser imperador e imperatriz.



Figura 02 - Cortejo da Festa do Divino Espírito Santo. Acervo de Fernanda Brüggemann dos Santos

Com o tempo a festa se popularizou com seus grandes banquetes e momento de compartilhar com a comunidade. Os festejos tornaram-se populares nos Açores e demais colônias portuguesas. Com a vinda dos açorianos para Santa Catarina, tornou-se muito comum na região. Dados registrados em São José, conta a festa apenas a partir de 1850, contudo, há indícios de acontecer antes.

¹NUNES, Lélia Pereira da Silva. **Caminhos do Divino**: Um olhar sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

Fernanda Brüggemann dos Santos (2019) analisa esse patrimônio imaterial e sua transformação em identidade cultural municipal após a década de 1970, buscando compreender o momento em que o poder público começa a valorizar as manifestações culturais de base açoriana.



Figura 03 – Casal Imperial – 169ª Festa do Divino Espírito Santo Paróquia de São José.

Fonte: Arquivo pessoal de Fernanda Brüggemann dos Santos.

A Festa do Divino tem como principal símbolo a coroa do casal de imperador e imperatriz junto com sua corte; a bandeira que está sempre abrindo caminho, anunciando a chegada da festa, abrindo caminho para a corte; e o Divino Espírito Santo em forma de pomba. Na figura 07 pode ser observado o casal imperial da 169ª Festa do Divino Espírito Santo, do ano de 2019.

No Museu Histórico Municipal de São José pode ser encontrado na sala 5, junto com as peças da Igreja Matriz, doadas na década de 1980. Para ilustrar essa festa, há os trajes de imperador e imperatriz da década de 1950 e itens litúrgicos de decoração com o Espírito Santo e a coroa. Na sala 1 temos a festa representada em acordelabro, técnica luso-brasileira de representação com argila.

O que vamos encontrar sobre a Festa do Divino Espírito Santo no Museu Histórico Municipal de São José?



Figura 04-Figurativo Festa do Divino Espírito Santo. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José



Figura 05-Trajes imperiais da década de 1950. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José.



Figura 06- Quadro com a coroa da Festa do Divino. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José.



Figura 07- Quadro com a pomba do Espírito Santo. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José

Procissão do Senhor dos Passos



Figura 08 - Verônica e seus cantando. Acervo de Fernanda Brüggemann dos Santos

A procissão realizada pela Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, é uma das manifestações registrada através da lei 5.314/2013. Acontece no terceiro fim de semana da quaresma, sendo assim uma data móvel. A procissão é o encontro das imagens de Jesus e Maria, simulando o encontro na Via Crucis. De tradição católica, os fiéis fazem promessas e seguem as imagens entoando orações e cantos na distância entre a Igreja Matriz de São José e a Igreja da Irmandade, cerca de um quilometro e meio de distância.

A Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos está presente na Paróquia de São José há cerca de 150 anos, e sua estrutura de irmandade conta atualmente com 1,8 mil fiéis afiliados². Dos “irmãos” da irmandade usam uma opa, uma espécie de capa na cor roxa, sobre uma roupa social. São esses os responsáveis por organizar a procissão, o estandarte que anuncia a passagem da procissão, e o andor do Senhor dos Passos. O andor de Nossa Senhora das Dores é carregado pelas mulheres da irmandade e de fiéis que estão na procissão. Em entrevista concedida à Fundação Municipal de Cultura e Turismo, o atual provedor da Irmandade, seu Ivo Teodoro da Silva, destacou o quão privado e tradicional é a troca das roupas e arrumação do andor das duas imagens, sendo momentos apenas para mulheres com Nossa Senhora e homens com o Senhor dos Passos.

² Segundo informação disponibilizada em entrevista via áudio concedida pelo atual provedor, Ivo Teodoro da Silva, disponível no acervo da Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Na mesma data, a entrevistadora (Fernanda Brüggemann) teve acesso ao Código de Conduta dos Irmãos e o Regimento Interno da Irmandade Senhor dos Passos.

Junto com os andores tem as pessoas que representam as personalidades bíblicas: João Apostolo, Maria Madalena, Verônica e as béus. A única personalidade que tem função é Verônica, que cantam em latim junto com as béus. O canto em latim pede a atenção a todos que passam pelo lugar para que veja a dor que aquele homem está sentindo no caminho da morte. Fazendo referência a passagem da Via Crucis em que uma mulher, chamada Verônica, enxuga o rosto de Jesus. E o canto então conta exatamente a ideia de que ela tenta ajuda-lo, e quer que todos observem o momento.



Figura 09 - Senhor dos Passos sendo carregado. Na porta da Igreja, Verônica faz o segundo canto, com os sinos da Igreja Matriz sinalizando a saída da procissão. Acervo de Fernanda Brüggemann dos Santos.

Observando tal manifestação cultural religiosa é importante ressaltar a importância que tais acontecimentos tinham e têm na vida da comunidade envolvida. Buscando no acervo do Museu Histórico Municipal de São José, a peça do acordelabro representando o momento em que o andor do Senhor dos Passos é carregado por senhores da irmandade, como pode ser observado na figura 10. Na figura 11 é apresentada pelo pintor Cipriano a imagem do Senhor dos Passos. Por fim, a figura 09 que apresenta a procissão passando em frente à Igreja Matriz de São José.

O que vamos encontrar sobre a Procissão do Senhor dos Passos no Museu Histórico Municipal de São José?



Figura 10- Figurativo da Procissão do Encontro do Senhor dos Passos. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José



Figura 11- Obra de Cipriano representando a imagem do Senhor dos Passos. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José

Fazer do Oleiro

Por muitos anos a porcelana era algo muito restrito a elite da sociedade. Mas, afinal, como as pessoas mais pobres faziam com os utensílios de cozinha? É nesse momento que a olaria entra. Pratos, copos, panelas, canecas, entre tantas outras formas que o barro é moldado para os usos diários foram utilizados por muitas décadas. E tal ocupação tornou-se um ponto essencial da economia do município por um determinado tempo, conforme cita Gilberto João Machado (2011) em seu livro “São José: o caminho da Ponta de Baixo dos oleiros e das olarias”.

Não só a olaria de peças utilitárias, os oleiros também produzem o acordelabro, uma técnica figurativa. A técnica figurativa está presente nas formas de representar cenas, momentos, pessoas; como as cenas de Festa do Divino e Procissão dos Passos apresentados nos tópicos acima, assim como nas figuras seguintes.

O fazer do oleiro foi registrado como patrimônio imaterial por sua importância econômica e cultural, além da preocupação de que essa profissão se perdesse com o passar das gerações. Tal ofício é ensinado na Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros, que pertence a Prefeitura Municipal de São José, administrada pela FMCT. Conta apenas com quatro professores, várias turmas de alunos, mas poucos tomam tal ofício como profissão.

As figuras 12 a 15 apresentam um pouco sobre o ofício: 12 - o torno do oleiro, espaço onde o profissional molda a louça utilitária; 13 – o oleiro no torno em forma figurativa, 14 – um jogo de panelinhas e fogão que era uma espécie de brinquedo para crianças em forma figurativa; 15 – louças utilitárias.

O que vamos encontrar sobre o ofício do oleiro no Museu Histórico Municipal de São José?



*Figura 12 - Torno do oleiro, espaço onde o profissional molda a louça utilitária
Acervo: Museu Histórico Municipal de São José*



Figura 13- O oleiro no torno em forma figurativa. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José



Figura 14 - Jogo de panelinhas e fogão que era uma espécie de brinquedo para crianças em forma figurativa. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José.



Figura 15 - Louças utilitárias. Acervo: Museu Histórico Municipal de São José.

Sugestões de atividades

Para auxiliar os docentes no planejamento das aulas, o material de apoio oferece algumas sugestões de atividades equivalentes a ensino fundamental II e ensino médio, podendo ser adaptadas. Foram elaboradas para aplicar em sala durante as etapas em que o material for trabalhado, e poderá ser auxiliado pela “Ficha a campo”, que pode ser preenchida durante a visita.

1. Elabore um mapa mental para explicar o que é patrimônio imaterial e sua influência na construção da identidade cultural da comunidade.
2. Disserte sobre os usos que são dados ao patrimônio histórico imaterial pelo poder público e quais expressões culturais você observa que poderiam fazer parte dos registros.
3. Aprofunde seus estudos sobre uma das manifestações culturais observadas na saída campo, e citando suas anotações, destaque pontos pelos quais acredita que ela é importante na identidade cultural josefense.
4. Em grupos, componha um conjunto de três manifestações culturais que fazem parte da rotina de todos, justificando qual a importância de tal na comunidade que poderiam ser registradas como Patrimônio Imaterial Municipal.
5. Com suas anotações, pontue em uma produção textual, os motivos pelos quais é necessário ter patrimônios históricos, sendo materiais ou imateriais. De que forma eles auxiliaram no seu entendimento sobre a disciplina.
6. Em um mapa mental, apresente os pontos que achou mais interessante ressaltar da saída a partir de suas anotações.

BEM VINDO AO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ,

Hoje você terá uma aula diferente, fora da sala de aula e aprendendo a partir da observação. E para não perder nenhum detalhe, você completará este questionário sobre cada sala, assim poderá aprender e guardar as informações para quando voltar para a escola.

Festa do Divino Espírito Santo

O que é a Festa do Divino Espírito Santo?

Quais são as peças em destaque no acervo do Museu que a apresentam?

O que mais chamou a sua atenção?

Como essa manifestação pode ser interpretada?

Procissão do Senhor dos Passos

O que é a Procissão do Senhor dos Passos?

Quais são as peças em destaque no acervo do Museu que a apresentam?

O que mais chamou a sua atenção?

Como essa manifestação pode ser interpretada?

Ofício do Oleiro

O que é o Ofício do Oleiro?

Quais são as peças em destaque no acervo do Museu que a apresentam?

O que mais chamou a sua atenção?

Como essa manifestação pode ser interpretada?

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In_*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. **As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res) significação da cultura**. Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro. v. 31, n. 65. 2018.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. **Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo**. Patrimônio: Lazer & Turismo: UNISANTOS. v.7, n. 10, abr/jun. de 2010, p. 99-113
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.
- JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar**. Revista Patrimônio e Memória: UNESP., v. 7, nº 1, jun de 2011. Página 134-150.
- JURKEVICS, Vera Irene. **Festas religiosas: a materialidade da fé**. História: Questões e Debates: Curitiba, nº 43, Ed. UFPR. 2005. Página 73-86.
- LIMA, Maria Aparecida. **A Plasticidade dos Artefatos de Barro: Olarias e Oleiros de São José**. 130 f. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- LUPI, João Eduardo Pinto Bastos. **Origens das festas do Divino Espírito Santo**. *In_*: ROSSATO, Noeli Dutra (org.) O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo. Santa Maria: UFSM/FAPERGS, 2003.
- NUNES, Lélia Pereira da Silva. **Caminhos do Divino: Um olhar sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.
- SANTOS, Fernanda Brüggemann dos. **Festa do Divino Espírito Santo em São José/SC: Mudanças de costume através do tempo**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC. 2019.
- VISANI, Mylene Silva da Pontes. **Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: Uma proposta de ensino de história e Patrimônio Cultural dos povos africanos e Afrodescendentes**. Dissertação (Mestrado ProfHistória). Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

ANEXO A - Lei nº 5.101, de 05/07/2011

CRIA O PROJETO "CONHECER SÃO JOSÉ" NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PROMULGA, NOS TERMOS DO ART. 53, §§ 3º e 7º, DA LEI ORGÂNICA c/c ART. 228 DO REGIMENTO INTERNO, A SEGUINTE LEI NÃO SANCIONADA E NÃO PROMULGADA PELO PREFEITO, DO PROJETO QUE SE TRANSFORMOU EM LEI Nº 5066, DE 23 DE MARÇO DE 2011:

Art. 1º Fica criado o Projeto "Conhecer São José" na Rede Municipal de Ensino do Município de São José, pelo qual os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José devem visitar, durante o ano escolar, pelo menos duas das seguintes instituições ligadas ao Poder Público ou ao patrimônio histórico-cultural Josefense tombado:

I - Escola de Oleiros "Joaquim Antônio de Medeiros";

II - Escola do Mar;

III - Escola do Meio Ambiente/Horto Municipal;

IV - Complexo Hidrelétrico da Usina Gustavo Richard;

V - Câmara de Vereadores;

VI - Fórum/Tribunal do Júri;

VII - Prefeitura Municipal;

VIII - Centro Histórico de São José, incluindo: Igreja Matriz, Solar da Guarda Municipal, Theatro Adolfo Mello, Casa de Câmara e Cadeia, Biblioteca Pública Municipal "Professora Albertina Ramos de Araújo", Museu Histórico Municipal, Bica da Carioca, Praças Hercílio Luz e Arnaldo Souza e;

IX - Outras instituições que venham a ser julgadas de interesse público, educacional, histórico ou cultural.

Parágrafo único. As visitas, objeto desta Lei, devem ser configuradas como integrantes do Programa Político-Pedagógico da Rede Educacional de Ensino Público Fundamental de São José.

Art. 2º Os responsáveis pelas instituições elencadas no artigo 1º da presente Lei devem prepará-las, com antecedência, para atender às visitas.

§ 1º No caso de patrimônio histórico, devem designar um encarregado para "contar" a história daquele sítio; e no caso das demais instituições, ficam seus responsáveis encarregados de designar um guia para bem conduzir as visitas, também com a finalidade de fazer uma explanação sobre a instituição, sua origem e história, seu objetivo, seu modo de funcionamento, entre outros aspectos referentes ao mesmo.

§ 2º No caso de bens tombados, estúdios, sem efeito pessoal junto ao sítio, deve haver no local placa(s) informativa(s), explicando também sobre os dados citados no caput deste Artigo.

Art. 3º Se possível, a instituição de ensino visitante deve designar, para acompanhar os alunos durante as visitas, um ou mais professor(es) que tenha(m) ligação com o objeto da visita e o segmento científico relacionado.

Art. 4º A instituição a ser visitada deve estar relacionada às idades escolares e à capacidade cognitiva dos alunos visitantes; ficando a Secretaria Municipal de Educação encarregada de estabelecer essas relações.

Art. 5º As visitas devem ser agendadas com o responsável por cada instituição, não podendo interferindo funcionamento normal destas, nem alterar seus horários de rotina, ou incorrer para o aumento de funcionários.

Art. 6º Fica o transporte dos alunos visitantes a cargo do Poder Executivo Municipal, por meio de suas Secretarias e/ou órgãos de administração indireta.

Art. 7º Cada instituição de ensino deverá designar um ou mais docente(s) pra conduzir o grupo, levando em consideração o número de alunos participantes.

Art. 8º Fica a presente norma legal, em caráter opcional, estendida aos idosos vinculados ao Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI) ou órgão que o substitua ou complementar; e às crianças, adolescentes e jovens atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social em sua política, seus programas e seus projetos.

Art. 9º As instituições de ensino do sistema privado de São José podem ser convidadas a fazer parte desse Projeto, ficando ao encargo das mesmas as despesas necessárias para a execução do projeto.

§ 1º Estenda-se às instituições de ensino públicos estaduais e federais com sede em São José, o previsto no caput deste artigo.

§ 2º Não haverá cobrança de ingressos ou taxas de visitação às instituições participantes do Projeto "Conhecer São José" ou a quaisquer de seus integrantes.

Art. 10 Fica determinado que o Projeto "Conhecer São José" deverá ser iniciada a partir do ano escolar de 2012, sendo responsável pelo mesmo a Fundação Municipal de Cultural e Turismo, em combinação com as Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, ouvidos os responsáveis pelas instituições, objeto desta Lei, quanto à agenda e procedimentos administrativos de cada caso.

Art. 11 O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei a fim de aperfeiçoar e viabilizar sua execução.

Art. 12 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 04 de Julho de 2011.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Presidente

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

ANEXO B - Lei Ordinária nº 5314/2013**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL OU INTANGÍVEL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial Intangível do município de São José com as seguintes finalidades:

I - conhecer, identificar, inventariar e registrar as expressões culturais do Município como bens do patrimônio de natureza imaterial;

II - apoiar e fomentar os bens de patrimônio de natureza imaterial registrados, criando condições para a transmissão dos conhecimentos a eles relacionados no âmbito do município;

III - criar incentivos para promoção de uma rede de parceiros que possam contribuir para a realização dos objetivos do Programa;

IV - apoiar e fomentar a salvaguarda, o tratamento dos acervos documentais e etnográficos e o acesso a estes, franqueando sua consulta a quantos dela necessitem;

V - apoiar a realização de estudos e pesquisas relacionados ao tema do patrimônio de natureza imaterial;

VI - desenvolver programas de educação patrimonial visando à valorização e difusão do patrimônio de natureza imaterial;

Art. 2º. O patrimônio de natureza imaterial do Município é constituído por bens de natureza imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, de acordo com o art. 216 da Constituição Federal, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

Art. 3º. Fica instituído o Registro de Bens do Patrimônio de Natureza Imaterial.

§ 1º O registro far-se-á nos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades.

II - Livro de Registro das Celebrações, no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social da cidade;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual serão inscritas manifestações literárias, musicais, artísticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro de Sítios e Espaços, no qual serão concentradas e reproduzidas as práticas culturais coletivas.

§ 2º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituam o patrimônio cultural de São José e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.

§ 3º O registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem imaterial e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da cultura da cidade.

Art. 4º Aos registros efetivados pela administração municipal, será concedido o Título de Bem do Patrimônio de Natureza Imaterial da Cidade de São José.

Art. 5º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - a administração municipal, por seus órgãos e colegiados;

II - as associações civis regularmente constituídas;

III - a população por subscrição mínima de dez mil signatários;

Art. 6º Os bens patrimoniais de natureza imaterial inscritos serão reexaminados e relacionados em rol próprio a cada dez anos.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido o registro como referência cultural de seu tempo.

Art. 7º. As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas a Fundação Municipal de Cultura e Turismo, para deliberação da Fundação Municipal de Cultura, sendo que esta sempre que necessário, orientará os proponentes na montagem do projeto.

Parágrafo único. A inscrição da proposta para registro constará da descrição pormenorizada do bem imaterial a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por ocnta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA A apresentação do presente Projeto de Lei, visa preencher uma lacuna na legislação do nosso município, que atualmente não contempla qualquer instituição de Proteção e Conservação do Patrimônio imaterial ou intangível. O objetivo principal é identificar e registrar as mais diversas manifestações culturais do Município, declarando-os Patrimônio Imaterial. Após a declaração a consequência é a criação de incentivos para a realização dos objetivos do Programa, apoiando e fomentando o acesso. A necessidade surgiu com a realização da tradicional Festa do Divino Espírito Santo na Igreja da Praça de São José. Festa esta que é realizada há anos, sendo uma das mais tradicionais do estado e que merece o título de Patrimônio Imaterial do Município de São José.